

São Paulo em Paz

Sistematização da Metodologia de Elaboração de Diagnósticos e Construção de Planos Locais de Prevenção da Violência e Promoção da Convivência



I. Introdução	05
II. A Metodologia de Elaboração de Diagnósticos e Construção de Planos Locais de Prevenção da Violência e Promoção da Convivência	06
III. A Elaboração dos Diagnósticos	
Considerações gerais	10
Planejando o diagnóstico	11
Que dados coletar?	15
Aonde buscar os dados	15
Os momentos de escuta	18
A análise dos dados coletados	18
O produto final	19
A equipe conta: sugestões e aprendizados	21
IV. A Construção dos Planos	
Considerações gerais	23
Planejando o processo	24
O que é um conteúdo de prevenção da violência?	25
Definindo uma estrutura de plano	26
Os grupos de trabalho	27
Refinando os planos	30
O produto final	33
A equipe conta: sugestões e aprendizados	34
V. Anexos	
- Mapeamento de entidades sociais	35
- Mapeamento de programas do poder público	37
- Mapeamento de programas da sociedade civil	40
- Mapeamento de violência nas escolas	43

Introdução

Este documento sistematiza a metodologia construída pelo Instituto Sou da Paz para a realização de diagnósticos da violência e a construção de planos locais de prevenção da violência e promoção da convivência. Ao longo de 2006, uma equipe do Instituto Sou da Paz, contratada pela Prefeitura de São Paulo (por meio da então Secretaria Especial de Participação e Parceria), realizou diagnósticos e construiu planos em três distritos da cidade: Brasilândia, Grajaú e Lajeado.

A sistematização deste trabalho foi conduzida pela área de Sistematização, Informação e Referência do Instituto Sou da Paz, no período de julho a novembro de 2007. A sistematização teve como foco a produção de um material de referência, que apresentasse a metodologia construída e implementada pela equipe e permitisse que tanto o poder público quanto outras entidades pudessem replicar este trabalho. Para a produção deste material, foram realizadas oficinas e entrevistas com toda a equipe do projeto, além da leitura de todos os documentos produzidos. Ao longo deste material, foram incluídos trechos de relatos da equipe sobre o trabalho, que podem contribuir para a compreensão da metodologia.

Vale ressaltar que a metodologia construída nos três distritos pela equipe do projeto São Paulo em Paz foi desenvolvida em caráter piloto. Em 2007, por meio do Decreto Municipal nº 48.147/07, a Prefeitura de São Paulo transformou o projeto em Programa Municipal com caráter permanente, possibilitando que seja implementado em outras áreas da cidade.

A Metodologia de Elaboração de Diagnósticos e Construção de Planos Locais de Prevenção da Violência e Promoção da Convivência

Em 2006, a Prefeitura de São Paulo contratou o Instituto Sou da Paz para elaborar um diagnóstico da situação da violência e um plano de prevenção da violência e promoção da convivência, orientado pelo diagnóstico e com ações a serem implementadas pelo poder público municipal em alguns distritos da cidade. Esta iniciativa recebeu o nome de Projeto São Paulo em Paz.

A metodologia de construção participativa de diagnósticos e planos locais implementada pelo São Paulo em Paz foi inspirada em iniciativas similares realizadas em outras cidades, mas é uma experiência inédita no município de São Paulo. Dada a dimensão da cidade, optou-se por trabalhar um projeto-piloto em três distritos (que, juntos, somam cerca de 900 mil habitantes) escolhidos a partir de seus índices de homicídios e vulnerabilidade, potenciais de mobilização comunitária e perfis das Subprefeituras - as quais, por serem parceiras relevantes, precisam ter uma predisposição a realizar projetos em conjunto com a sociedade civil. Assim, a partir da análise destes fatores, decidiu-se trabalhar nos distritos da Brasilândia, Grajaú e Lajeado (localizados respectivamente nas zonas norte, sul e leste do município).

O projeto São Paulo em Paz está orientado por uma nova concepção sobre segurança pública, na qual o poder municipal tem um papel relevante na elaboração e implementação de políticas e programas de prevenção da violência e promoção da convivência.

Quando se entende que no contexto de uma sociedade democrática, a segurança pública é responsabilidade de todos e demanda a construção de ações que combinem controle qualificado e prevenção por parte de todas as instâncias de poder em conjunto com a sociedade civil, o município passa a ter um papel de destaque e seu potencial de atuação nesse campo revela-se bastante extenso.

Esta concepção supera o paradigma tradicional de segurança pública, que entendia que as estratégias de enfrentamento e superação da violência e da criminalidade passavam somente por ações de controle e penalização e portanto eram tarefas exclusivas das polícias e do sistema de justiça criminal-administrados pelos governos estadual e federal.

O fato de o poder municipal ser o mais próximo da população e ter mais clareza sobre os problemas das comunidades facilita a compreensão dos fenômenos e possibilita o desenvolvimento de estratégias de intervenção nos problemas mais prioritários e urgentes, tendo assim mais chances de impactos na solução destes. Vale lembrar que é função da Prefeitura desenvolver ações de urbanização, limpeza, iluminação, recuperação de vias públicas, além de intervenções sociais para enfrentar a vulnerabilidade social e fortalecer as redes de atendimento e proteção nos distritos. Estas ações, se forem articuladas entre si e implementadas e desenvolvidas nos locais e com foco nos públicos mais vulneráveis, têm um potencial enorme de prevenção da violência e construção de ambientes mais seguros.

O projeto São Paulo em Paz propõe, portanto, uma nova maneira de a administração municipal enxergar e trabalhar a prevenção da violência, desenvolvendo ações intersetoriais, articuladas e construídas em parceria com entidades da sociedade civil e a comunidade. Nesse sentido, a metodologia do projeto é orientada pelos seguintes pontos:

- A participação da comunidade é essencial

A participação e a diversidade de atores em todas as etapas do processo de realização do diagnóstico e construção dos planos locais é algo que a metodologia tenta garantir, ao envolver, desde o início do processo, a comunidade e o poder público local.

A participação da comunidade é valorizada e estimulada porque um processo de construção coletiva empodera os cidadãos para discutir violência, qualifica suas demandas e cria espaços onde sociedade civil e poder público constroem juntos a resolução dos problemas e a implementação das soluções, além de poderem também realizar o monitoramento destas ações.

- O governo municipal tem um papel central

O governo municipal é o responsável pela implementação das ações de prevenção da violência contempladas no plano. Por isso, a participação do poder público municipal deve acontecer **em todas as etapas do processo** e em **todos os níveis de gestão**.

No nível mais alto, **o Prefeito deve centralizar a liderança do projeto** para que as ações não sejam subordinadas de forma exclusiva a uma única secretaria, pois isso contraria a própria concepção de segurança pública como tema transversal, que exige ações e políticas intersetoriais. Só o Prefeito tem a capacidade de promover a articulação e intersectorialidade necessárias para o andamento do projeto. Em todas as experiências exitosas de gestão local da segurança pública, ter uma liderança governamental capitaneando o processo e garantindo a intersectorialidade foi determinante para o sucesso destas iniciativas.

Em nível local, **das instâncias decisórias aos agentes públicos como professores, diretores, agentes de saúde e funcionários de UBS*, todos devem participar do processo**, por estarem mais próximos da realidade local e poderem contribuir na construção e implementação das soluções.

Trabalhar constantemente pela sensibilização e engajamento destes atores no processo é um desafio que se coloca para toda a equipe do projeto - desde os profissionais que estão realizando atividades de campo até a coordenação.

Além deste trabalho de conscientização por parte da equipe, **o próprio poder público precisa entender o programa como algo estratégico para a cidade**. Isso pode significar, de um lado, transformar uma vontade política em uma estrutura administrativa, criando uma secretaria capaz de promover a intersectorialidade, designando pessoas responsáveis pelo acompanhamento do projeto, definindo como cada secretaria se envolve. Além disso, significa que os gestores precisam sensibilizar suas diferentes áreas, motivando e envolvendo outros atores, tanto dentro das secretarias quanto nas subprefeituras e coordenadorias.

* UBS: unidades básicas de saúde

- Estrutura de gestão

O poder público municipal é o responsável pela gestão do projeto, e nesse sentido, precisa trabalhar para articular as diferentes secretarias, sensibilizar outros gestores, monitorar o andamento do processo, garantir a participação do poder público nos momentos de construção coletiva e orientar o trabalho da equipe no que diz respeito ao funcionamento, dinâmicas e prioridades da administração municipal.

Para tentar garantir que o poder público participe com mais intensidade de todo o processo e implemente as ações previstas nos planos, ou seja, que dê conta das atribuições apontadas, foi pensado no projeto São Paulo em Paz o estabelecimento de uma estrutura de gestão que contempla três instâncias: o Comitê Municipal de Segurança Pública, o Grupo de Gestão Estratégica e o Comitê Local de Segurança. Além de representantes do poder público, estas instâncias contam com a participação da equipe do projeto São Paulo em Paz.

- **O Comitê Municipal de Segurança Pública** tem como funções analisar o andamento e os resultados do Projeto e definir as ações da Prefeitura na área da prevenção da violência e da promoção da convivência. O Comitê é composto pelos representantes do poder público em mais alto nível: o Prefeito, os Secretários municipais de Participação e Parceria, de Governo, de Educação, de Desenvolvimento e Assistência Social, de Saúde, de Esporte e de Cultura, o comandante da Guarda Civil Metropolitana, além do presidente da Comissão Municipal de Direitos Humanos e os subprefeitos dos distritos envolvidos. O Comitê não possui uma estrutura formal de funcionamento e deve ser convocado pelo Prefeito.

 **DICA:** A estrutura e o funcionamento destes grupos podem ser modificados de acordo com os rumos do projeto, mas é essencial ter definido e formalizado a existência deles, tanto no contrato de parceria quanto nos planos locais - nesse caso, reforçando a importância destas instâncias no acompanhamento da execução das ações previstas nos planos.

- **O Grupo de Gestão Estratégica** do Projeto tem como finalidade avaliar o andamento do projeto e corrigir eventuais erros de execução, além de contribuir para aumentar a integração entre as diversas áreas do poder municipal. O Grupo é composto pelo Secretário de Participação e Parceria¹, pelos subprefeitos dos distritos envolvidos e por representantes das secretarias envolvidas no projeto.

- **O Comitê Local de Segurança e Convivência** de cada um dos distritos é composto por representantes das Subprefeituras, Guarda Municipal, Polícias Cíveis e Militares do local, Ministério Público, igrejas, associações comunitárias, grupos juvenis, lideranças, entre outros. A finalidade do Comitê é acompanhar e auxiliar a elaboração e a implementação do plano, além de contribuir para a criação de um vínculo maior entre sociedade civil e poder público na área de segurança.

- O papel da equipe contratada

A equipe contratada pela Prefeitura tem função técnica, com conhecimento específico sobre o tema. Por isso, na composição desta equipe devem ser considerados profissionais com experiência de mobilização, condições e conhecimento de moderação de grupos, facilidade de se relacionar com diferentes perfis, capacidade de síntese e análise de dados e da realidade local.

¹ No caso do projeto São Paulo em Paz, que foi alocado nesta Secretaria.

Não é imprescindível que a equipe tenha um conhecimento prévio sobre prevenção da violência e gestão local da segurança pública, mas uma formação nessas temáticas deve estar contemplada e ser realizada no início do projeto, já que este é um tema recente e são poucos os profissionais com esta formação técnica.

É importante garantir uma equipe multidisciplinar, o que permite que diversas habilidades e olhares sejam colocados em prática ao longo do processo.

Ocupar este lugar de técnico garante à equipe certa neutralidade e imparcialidade nas relações com o poder público e a comunidade e entre estes. Isto pode facilitar diversos processos. Entretanto, por mediar uma relação tão complexa como a que acontece entre poder público e comunidade, **e por ser quem, dentro do projeto, está sempre na ponta, a equipe acaba sendo cobrada como se fosse o próprio poder público, e não somente parceira, ou contratada, por este.** Esta é uma tensão com a qual é preciso lidar ao longo de todo o processo, e que exige que se deixe claro qual o papel e quais as responsabilidades de cada um na parceria.

A metodologia desenvolvida pelo projeto São Paulo em Paz prevê as seguintes fases: a etapa de construção participativa dos diagnósticos locais sobre a situação de violência e as potencialidades para revertê-la, a etapa de construção dos planos locais de prevenção da violência e promoção da convivência, uma etapa de implementação das ações previstas nos planos e o monitoramento e avaliação desta implementação.

Este documento sistematiza a metodologia desenvolvida e implementada nas duas primeiras etapas do projeto, já agregando os aprendizados do processo que poderão orientar futuros trabalhos de diagnósticos e criação de planos locais de prevenção da violência.

* LEITURAS INDICADAS

Atualmente, há diversos documentos que relatam ou sistematizam experiências de gestão local da segurança em municípios brasileiros e também em outros países. Ler textos de referência com caráter mais geral e teórico também pode ajudar a equipe. Indicamos os seguintes materiais:

- Beato Filho, Cláudio Chaves e Souza, Robson Sávio Reis. "Controle de Homicídios: A Experiência de Belo Horizonte". *Cadernos Adenauer* 4(3) - Segurança Cidadã e Polícia na Democracia: pp.51-74, 2000
- Cano, Ignácio. "Projetos municipais de prevenção no município de Recife" em Sento-Sé, João Trajano (org). *Prevenção da violência: o papel das cidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005
- Guindani, Miriam. "A criação de um novo paradigma em Diadema". em Sento-Sé, João Trajano (org). *Prevenção da violência: o papel das cidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005
- Llorente, Maria Victoria e Rivas, Ángela. "A redução do crime em Bogotá: uma década de políticas de segurança cidadã." *Programa Paz Pública do Centro de Estudios sobre Desarrollo Economico (CEDE) da Universidad de los Andes*, 2004, para o Banco Mundial.
- Mesquita Neto, Paulo de. *Políticas municipais de segurança cidadã: problemas e soluções. Análises e propostas*, FES, 2006. Também disponível em www.fes.org.br
- Ricardo, Carolina de Mattos e Caruso, Haydée. "Segurança pública; um desafio para os municípios brasileiros." *Em Revista Brasileira de Segurança Pública*, ano 1, 2007
- Sento-Sé, João Trajano (org). *Prevenção da violência: o papel das cidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005
- Soares, Luiz Eduardo e Guindani, Miriam. "Porto Alegre: Relato de uma experiência". em Sento-Sé, João Trajano (org). *Prevenção da violência: o papel das cidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005
- Soares, Luiz Eduardo. *Meu casaco de general*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000
- World Bank. *Department of Finance, Private Sector and Infrastructure, Latin American Region. "Prevenção da Violência em Áreas Urbanas da América Latina: Um Guia de Recursos para Municípios"*, 2003

A Elaboração dos Diagnósticos

Considerações gerais

Levando em conta a concepção de segurança pública que orienta o projeto e entendendo que a violência é um fenômeno complexo e multicausal, a prevenção é entendida como uma questão de responsabilidade de todos, que deve ser abordada de maneira transversal e intersetorial pelo poder público e deve envolver na construção das soluções aqueles mais afetados pelo problema.

Nesse sentido, a elaboração de um diagnóstico local da situação da violência deve ser participativa, buscando ouvir o maior número de atores e combinando dados criminais com indicadores sociais e dados quantitativos com dados qualitativos.



DICA: *Uma rede social forte e articulada, uma escola aberta e que realiza atividades com a comunidade, determinado programa social que já é desenvolvido no bairro, uma praça bem cuidada e ocupada pela comunidade, um Conseg (Conselho Comunitário de Segurança) forte e atuante são exemplos de potencialidades para reverter a situação de violência.*

Um diagnóstico que pretende orientar a elaboração de um plano de prevenção da violência e promoção da convivência vai além dos dados que apontam quais os problemas mais graves e as áreas mais críticas em termos de vulnerabilidade, violência e criminalidade. O diagnóstico **também mapeia as potencialidades de cada local para superar estes problemas.**

Afinal, um programa de prevenção da violência que se pretende exequível não partirá do zero, gerando a necessidade de muitos investimentos por parte do poder público. O plano apontará a necessidade de alguns inves-

timentos, mas deverá também potencializar e fortalecer o que já existe, articulando as iniciativas governamentais e da sociedade civil. Assim, o diagnóstico engloba também dados demográficos, territoriais e de infra-estrutura urbana, apontando os equipamentos públicos de educação, saúde, e segurança pública já existentes, bem como projetos sociais desenvolvidos naqueles locais.

A combinação de dados quantitativos e qualitativos enriquece qualquer levantamento. No caso específico do diagnóstico sobre a violência, ela se faz mais do que necessária, por conta da histórica baixa notificação de crimes e situações de violência à polícia, fazendo com que inúmeras ocorrências sejam excluídas das estatísticas oficiais.

A metodologia desenvolvida e aplicada pelo projeto São Paulo em Paz prevê que o diagnóstico será a base para a construção e implementação de um plano local de prevenção da violência e promoção da convivência, o que confere a este produto um novo valor do ponto de vista da comunidade. Ele deixa de ser apenas mais um estudo entre os tantos realizados nas periferias e passa a ter um **forte potencial de intervenção e transformação da realidade**, com a possibilidade da participação da população nesse processo. Isso acaba gerando expectativas com as quais a equipe precisa lidar o tempo todo, mas por outro lado facilita a mobilização da comunidade e amplia a sua participação e engajamento em todas as etapas de trabalho.

Como o diagnóstico orientará a construção dos planos locais, a equipe que realizará este diagnóstico precisa também buscar entender o funcionamento e potencialidades do poder público naquele local: Quais os programas existentes? Quais as responsabilidades e prioridades de cada secretaria, supervisão e coordenadoria? Quem são os atores estratégicos? Estas informações são importantes para enriquecer o cenário de poten-

cialidades previsto no diagnóstico e serão ainda mais relevantes na etapa de construção dos planos e definição das ações a ser implementadas em cada um dos distritos.

O fato de este diagnóstico ter como **foco a segurança pública** também o diferencia de outros levantamentos feitos na região, e isso tem um grande valor tanto para a comunidade quanto para o poder público. Por mais que muitos dos dados contidos no documento do diagnóstico não sejam novidade, sobretudo para quem mora na região, o diagnóstico sistematiza vários dados e informações dispersos, articulando-os em torno da prevenção da violência. Um documento com esse formato ajuda então a organizar as demandas da comunidade e orientar as ações governamentais, para além das ações previstas no plano.

Um outro diferencial desta metodologia de diagnóstico é o georeferenciamento, ou espacialização, das informações obtidas. Com isso, é possível visualizar nos mapas os locais aonde se concentram os maiores problemas e, cruzando-se estas informações com as potencialidades do local (equipamentos públicos, projetos sociais e iniciativas governamentais voltadas para lidar com aquele problema), criar ações mais focadas e que consigam lidar com as especificidades de cada local.

Um **diagnóstico local da situação da criminalidade e violência é dinâmico** e vai além do produto: ele é um processo que não se exaure. Quando ele é seguido por um processo de construção participativa dos planos e de implementação das ações junto com a comunidade e o poder público, outros dados, principalmente qualitativos, sempre surgirão. Mas para poder organizar os dados, redigir os diagnósticos e passar para a próxima fase - de construção dos planos a partir de desafios orientados pelos diagnósticos - é preciso definir, no planejamento do projeto, um término formal para esta etapa.

O ideal é que a etapa de elaboração dos diagnósticos dure **seis meses**. Este prazo permite realizar um planejamento cuidadoso, garante tempo suficiente de ambiência na comunidade antes de proceder à coleta dos dados e garante mais qualidade ao processo de organização dos dados coletados e redação e uniformização dos diagnósticos.



DICA: O desenvolvimento e a implementação de uma metodologia com estas características exigem, em termos de gestão da equipe, momentos coletivos de discussão e definição de todas as etapas, desde o índice do diagnóstico até a padronização do produto final. Estes momentos são oportunidades de construção de diretrizes, troca de experiências e discussões sobre as dificuldades enfrentadas e as maneiras de superá-las.

Planejando o diagnóstico

Um diagnóstico elaborado a partir desta metodologia não consiste simplesmente na coleta e análise de dados. Pelos princípios que orientam a metodologia - como a participação e a articulação dos atores, a combinação de dados de diversas naturezas e a necessidade de se fazer um georeferenciamento - a etapa de diagnóstico engloba ações que antecedem a busca dos dados. Quanto antes elas acontecerem, terão mais potencial para interferir positivamente na qualidade do trabalho de coleta, cruzamento e análise de informações. Por isso, um planejamento antes de ir a campo é essencial.

Este planejamento deve contemplar uma definição dos dados que se quer buscar, além das possíveis fontes, estabelecendo prazos e prioridades para cada etapa do diagnóstico. Nesse momento, é importante levantar quais estudos já foram realizados sobre aquele distrito, pois estes trabalhos podem conter mais dados relevantes ou mesmo indicações de fontes importantes. Secretarias municipais, supervisões e coordenadorias também

podem ajudar nesse planejamento fornecendo listas de entidades conveniadas com seus programas e ações, facilitando assim a chegada da equipe na comunidade.

É muito importante fazer um processo de **ambientação** na comunidade, ou seja, ir conhecendo aos poucos as principais lideranças, redes sociais, lugares estratégicos, tanto para apresentar o projeto quanto para conhecer as dinâmicas locais. À medida que o trabalho for sendo desenvolvido em campo e os laços de confiança estiverem estabelecidos, maiores as possibilidades de se entender a fundo o que acontece ali. Um processo de chegada no local, com passeios guiados pelos bairros, visitas a moradores que são referência e participações em reuniões comunitárias ajuda a conhecer e ser conhecido pela comunidade. Os moradores podem indicar outras pessoas e entidades de referência e começam, desde o início do processo, a participar da construção do diagnóstico e do plano de prevenção da violência. Tanto no processo de ambientação quanto nas etapas posteriores, há um trabalho constante de sensibilização da comunidade e formação sobre a visão de segurança pública e os princípios que norteiam o trabalho. É essencial garantir tempo para estas atividades e conversas, pois elas ajudam a ajustar expectativas, mobilizar os grupos e fortalecer laços de confiança e parceria.

Um trabalho de sensibilização do poder público local - do subprefeito² aos supervisores e coordenadores, técnicos e agentes - deve estar contemplado e ser colocado em prática pela equipe. Reuniões e conversas de apresentação do projeto permitem sensibilizar e engajar mais atores, o que facilita tanto a coleta de dados quanto a participação em todo o processo. Vale lembrar que a etapa de diagnóstico é somente o início de um trabalho mais longo e quanto antes este engajamento acontecer, melhor. Além disso, estas conversas e reuniões são momentos de formação sobre uma visão de gestão local da segurança pública que é importante que estes atores comecem a ter. Ao mesmo tempo, permitem à equipe ter mais clareza sobre o funcionamento e prioridades do poder público e ir vislumbrando potencialidades.

 **DICA:** Para a análise dos dados, é importante trabalhar com mapas, ou com as informações criminais disponíveis, de um período de tempo mais longo – dois ou três anos, por exemplo. Assim, é possível perceber tendências e variações no tempo.

Como este é um projeto que parte de uma concepção intersetorial, é muito importante, como se disse anteriormente, ter uma liderança governamental no mais alto nível que encabece o processo e acompanhe e oriente o andamento do projeto. Assim, é importante também realizar encontros de sensibilização e formação tanto desta liderança, quanto dos secretários municipais, para apresentar o projeto e a visão que o embasa.

Finalmente, para iniciar o processo de coleta de dados, é preciso definir quais crimes se quer verificar a incidência nos distritos³ e obter as informações da Secretaria de Segurança Pública, inclusive, se houver, mapas que georeferenciam as ocorrências criminais.

No caso de São Paulo, estes mapas são gerados pelo Infocrim, o sistema eletrônico de informação da Secretaria de Segurança Pública que interliga as informações de todos os distritos policiais dos 50 maiores municípios do estado. O banco de dados do Infocrim é atualizado constantemente com informações como local, horário, modo de agir e outras

2 No caso de São Paulo, que apresenta divisão administrativa em subprefeituras.

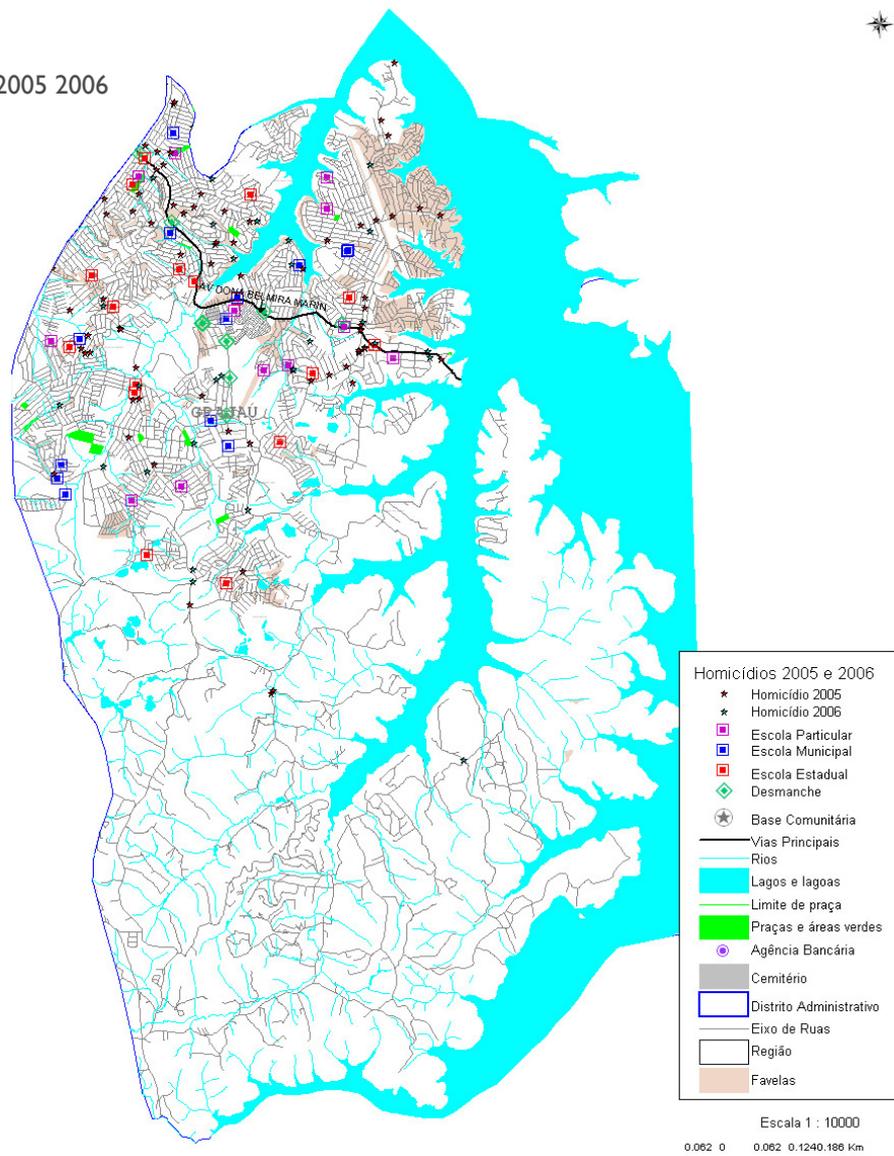
3 Na página 15, há uma sugestão de quais crimes devem ser verificados.

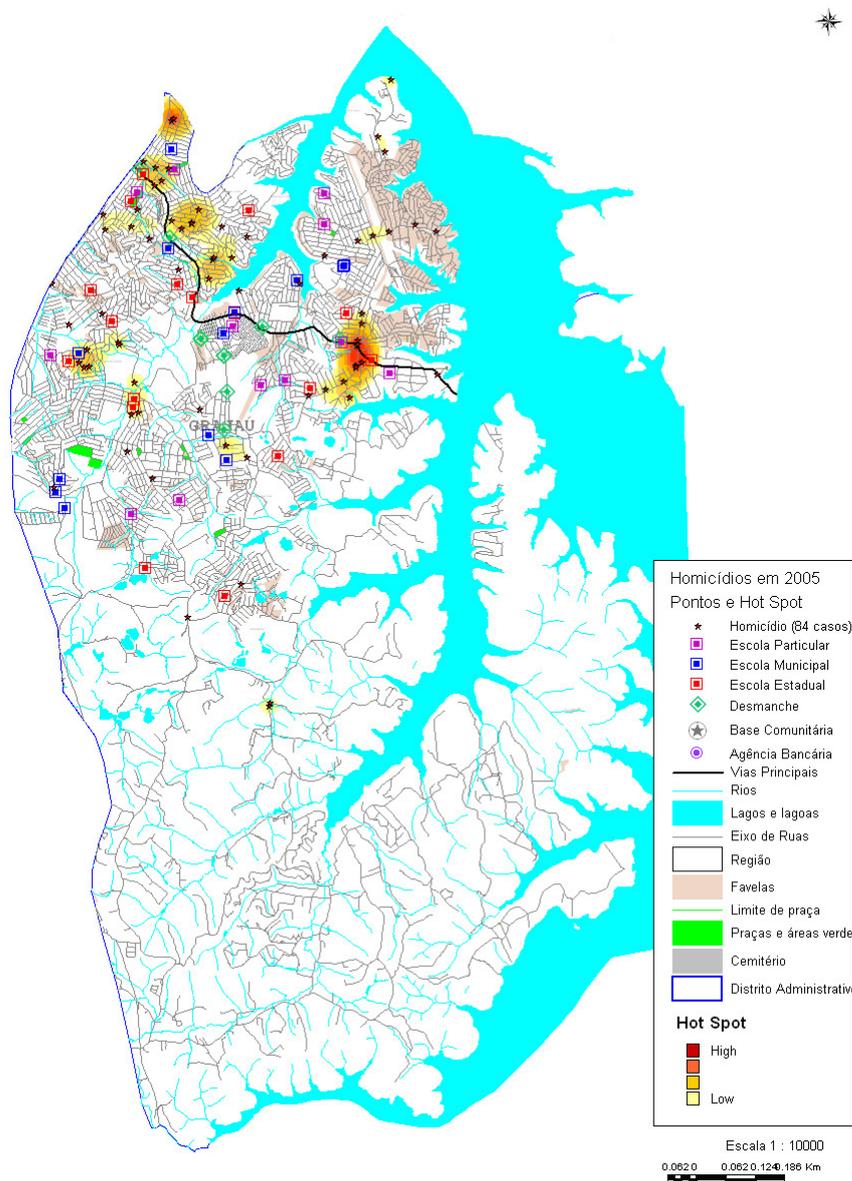
particularidades de cada crime. Assim, o aplicativo pode criar mapas das ocorrências criminais, fornecendo precisão até o nível de rua, com variáveis como região, bairro, natureza da ocorrência e tipo de vítima.

O Infocrim pode gerar dois tipos de mapas: mapas que revelam os pontos onde aconteceu determinado crime em um período de tempo, ou mapas que apresentam as manchas onde ocorrem os crimes e, de acordo com a cor da mancha, indicam a maior ou menor concentração de crimes em determinado local. Os locais com alta concentração de determinado crime, nesses mapas, têm coloração vermelha e são conhecidos como hot spots. Nos mapas que apresentam somente os pontos em vez das manchas, também é possível perceber quais são os *hot spots*: são exatamente os locais com maior número de pontos.

A seguir, apresentamos dois mapas do Infocrim: o primeiro indica os pontos aonde ocorreram homicídios em um distrito de São Paulo, e o outro apresenta pontos e os *hot spots* de homicídio naquele mesmo distrito.

I Grajaú Homicídios 2005 2006





Os mapas de crimes (no caso de São Paulo, gerados pelo Infocrim) são, portanto, a ferramenta essencial para o georeferenciamento das informações de violência e criminalidade. Quanto antes se conseguir os mapas, maiores serão as possibilidades não só de fazer o cruzamento de dados, como também de orientar o trabalho de coleta de informações, permitindo que a equipe organize e concentre seu trabalho nos *hot spots*.



DICA: Quanto mais informações de equipamentos o mapa tiver, mais útil será para a análise de dados, combinando informações criminais com existência ou não de equipamentos públicos e outros serviços. Se não for possível obter mapas com estas informações, é possível montá-los, imprimindo mapas dos distritos e marcando manualmente aonde se localizam os equipamentos e de que tipo eles são.

Para obter os mapas, vale fazer uma solicitação formal à Secretaria de Segurança Pública para que elabore os mapas – no caso do estado de São Paulo, a responsável pelas informações é a CAP, Coordenadoria de Análise e Planejamento. Outra opção é solicitar somente os dados, e contratar um técnico que realize georeferenciamento para produzir os mapas necessários.

Junto com os mapas, é importante obter tabelas e gráficos que quantifiquem os crimes, afinal os mapas só indicam a concentração de cada um deles. Os gráficos estão disponíveis no site da Secretaria de Segurança Pública (no caso de São Paulo), mas apenas para alguns dados, e não estão divididos por distrito administrativo, apenas por cidade.

Que dados coletar?

Esta metodologia de construção de diagnóstico pretende, ao final da etapa, ter um produto que orientará as políticas municipais no campo da prevenção da violência e promoção da convivência. Nesse sentido, o diagnóstico contempla não só dados criminais, que revelam a situação de violência no distrito, como também indicadores de condição de vida da população daqueles locais, além de dados sobre infra-estrutura e equipamentos públicos já existentes na região.

Os dados e informações a se buscar neste diagnóstico são definidos a partir da concepção de segurança pública que orienta o projeto, segundo a qual a segurança é um tema transversal, responsabilidade de todos os setores e demanda, portanto, ações articuladas e intersetoriais que combinem controle e prevenção. Dentre outros dados a serem cruzados, estes são os grupos mais importantes:

- *Populacionais, demográficos e territoriais;*
- *Dados sociais sobre condições de vida;*
- *Dados e estatísticas criminais;*
- *Dados sobre infra-estrutura e equipamentos públicos no distrito.*

* SUGESTÃO DE DADOS QUE DEVEM CONSTAR NO DIAGNÓSTICO

- **Populacionais, demográficos e territoriais:** Área territorial, Densidade demográfica, População – total, por gênero e por faixa etária, Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População, Taxa de Natalidade.
- **Dados sociais sobre condições de vida:** População em idade escolar, IVJ (Índice de Vulnerabilidade Juvenil)*, IPVS (Índice Paulista de Vulnerabilidade Social)*, Dados do SIM – DH*, População economicamente ativa, Taxa média de desemprego.
- **Dimensão sócio-econômica:** Taxa média de desemprego da população economicamente ativa, Percentual da população com renda per capita inferior a meio salário mínimo, Percentual de analfabetos com 5 anos ou mais, Percentual de responsáveis por domicílio com menos de quatro anos de estudo, Percentual da população residente em favelas, Percentual de habitantes em domicílios com mais de três moradores por dormitório.
- **Informações sobre mortes:** Informações sobre mortes da Fundação Seade e do Pro-Aim**, Taxa de homicídio e tentativa de homicídio (por 100 mil habitantes) por local de ocorrência, taxa de homicídio juvenil (por 100 mil habitantes) por local de ocorrência, percentual de mortes por ação policial entre o total da cidade, por local de moradia (dados do Infocrim compilados pelo SIM-DH).
- **Informações sobre crimes:** Mapas do Infocrim e gráficos para roubo, furto, estupro, ato infracional, furto e roubo de veículos, porte de armas, porte de entorpecentes, e lesão corporal dolosa. Taxas por 100 mil habitantes desses crimes..
- **Equipamentos públicos:** lista dos equipamentos das redes municipal e estadual, por secretaria (Educação, saúde, esporte, assistência social, cultura e segurança pública).
- Principais políticas públicas com foco em adolescência e juventude.

* Se houver, ou similares.

** Para a cidade de São Paulo. Mais detalhes na página 18

Número absoluto: número total

Taxa por habitantes: parâmetro de comparação entre populações diferentes.

Aonde buscar os dados?

A metodologia de diagnóstico combina dados quantitativos e qualitativos, dados e indicadores oficiais com percepções e valores da população. Essa combinação por si só enriquece qualquer diagnóstico e, como dito anteriormente, é essencial em um diagnóstico da violência, por causa da histórica subnotificação de ocorrências criminais. Casos de violência doméstica e violência sexual, por exemplo, são tradicionalmente subnotificados. Além disso, a escuta a grupos da comunidade é uma forma de engajá-los no processo e fazê-los se sentir co-responsáveis pela construção do diagnóstico e dos desafios que se colocam a partir dele.

Assim, desde o início é importante incluir na coleta de dados momentos de escuta para obter dados qualitativos, por meio de entrevistas e reuniões, organizadas a partir de um pré-roteiro. Estes momentos podem ir sendo programados e orientados a partir dos dados que se vai obtendo. A ausência de informações oficiais sobre determinado crime é um dado por si só, que pode revelar bastante sobre as dinâmicas locais e também sobre como se dá a relação entre a polícia e a comunidade. Prestar atenção nessas ausências e ir fundo para entender porque elas acontecem, reorientando algumas visitas, é essencial.

Os dados quantitativos podem ser coletados primordialmente em fontes secundárias, ou seja, aquelas que produzem seus próprios dados. Estas são algumas das fontes que podem ser consultadas:

TIPOS DE DADOS	FONTES
Populacionais, demográficos e territoriais	Fundação Seade e IBGE
Sociais sobre condições de vida	Fundação Seade, SIM-DH
Dados e estatísticas criminais	Fundação Seade, Infocrim (SSP/SP), Pro-Aim (SMS/PMSP)
Sobre infra-estrutura / equipamentos públicos	Prefeitura de São Paulo, Subprefeituras dos distritos e suas respectivas coordenadorias de Educação, Saúde, Assistência Social, Obras, Defesa Civil, Planejamento.

Muitos destes dados estão disponíveis nos websites das instituições ou secretarias.

A Fundação Seade disponibiliza dados populacionais, sobre condições de vida e também sobre mortes. Nesse caso, os dados são alimentados pelas informações do DATASUS (sistema nacional de informações produzidas pelo Sistema Único de Saúde) e algumas vezes são mais desatualizados do que os dados sobre mortes do Pro-Aim.

O SIM-DH é o Sistema Intraurbano de Monitoramento dos Direitos Humanos e apresenta um mapa da garantia dos direitos humanos em São Paulo. Ele classifica as subprefeituras em cinco faixas de garantia a partir da análise de 32 indicadores. Está disponível em http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/sim_dh/

O Infocrim, como apresentado anteriormente, traz dados sobre ocorrências criminais registradas em boletins de ocorrência. Alguns dos dados do Infocrim estão disponíveis no site da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo; já para obter os mapas, é preciso fazer uma solicitação à Secretaria.

O Pro-Aim é o Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade no Município de São Paulo. As informações do Pro-Aim estão disponíveis na página <http://www6.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/saude/publicacoes/0004>

Apesar de não ter as informações todas sistematizadas e organizadas, as Subprefeituras e secretarias municipais são boas fontes de informações sobre os distritos, principalmente sobre equipamentos públicos, efetivos, programas e entidades conveniadas.

Em um diagnóstico sobre a situação de violência, é importante solicitar à Secretaria de Segurança Pública informações relativas a estes crimes: homicídio, estupro, roubo a transeuntes, roubo de veículos, ato infracional, furto a transeuntes, furto de veículos, porte de armas de fogo, porte de entorpecentes e tráfico de entorpecentes, e lesão corporal - que pode indicar como as pessoas estão resolvendo seus conflitos.

No caso da cidade de São Paulo, há um problema importante em relação aos dados criminais, que são produzidos por área do distrito policial, que não corresponde à área dos distritos administrativos, dificultando a organização e análise dos dados. Mesmo para a produção dos mapas, é necessário um trabalho específico que desagregue os dados dos distritos policiais em função dos distritos administrativos. Um mesmo distrito administrativo é abrangido por partes de diferentes distritos policiais.

Especificamente com relação às mortes causadas por agressões (homicídios), é importante combinar os dados da Secretaria de Segurança Pública com os da Saúde, porque cada fonte traz informações diferentes e relevantes. Os dados da Secretaria de Segurança Pública são gerados a partir dos boletins de ocorrência e servem para dimensionar o volume de homicídios dolosos ou latrocínios em um período de tempo, pois trazem informações genéricas relativas a estes tipos de ocorrência. Os B.O.s são gerados a partir das primeiras informações que a delegacia dispõe sobre um evento criminal. Já os dados da Saúde, produzidos a partir das declarações de óbito, trazem informações importantes que permitem traçar o perfil sociodemográfico das vítimas, bem como informações sobre os meios utilizados para matar (que podem indicar, por exemplo, uma excessiva circulação de armas de fogo em determinado local). Tanto os dados da Fundação Seade quanto os do Pro-Aim são dados da saúde. A diferença entre eles é que a Fundação Seade utiliza os dados do DATASUS, que por sua vez compila os dados de todas as cidades brasileiras, o que é um processo mais lento. Ou seja, muitas vezes os dados do Seade estão mais desatualizados do que os do Pro-Aim. O Pro-Aim, no entanto, existe apenas na cidade de São Paulo, muitos outros municípios precisam usar os dados do DATASUS.

Os dados qualitativos podem ser obtidos a partir de reuniões de escuta e visitas orientadas a grupos pré-selecionados. A seleção pode ser feita a partir de uma relação prévia de programas municipais no distrito, de indicações de entidades conveniadas aos programas municipais e estaduais, de uma lista das delegacias, escolas, hospitais e unidades básicas de saúde (UBS) da região e também de um levantamento sobre fóruns, conselhos e outros espaços de debate na comunidade.

Para este levantamento prévio, a Prefeitura (por meio das secretarias e subprefeituras) pode contribuir com informações sobre os programas municipais e equipamentos públicos existentes no local. É importante atentar também para a existência de Consegs (Conselhos Comunitários de Segurança), que são espaços aonde a comunidade, o poder público local e os agentes de segurança discutem muitas questões de violência que afligem os moradores.

Visitas a equipamentos públicos, entidades sociais que desenvolvem trabalho específico com a temática da violência, às Inspetorias da Guarda Civil Metropolitana, aos Distritos Policiais e companhias e batalhões da Polícia Militar responsáveis pela área de cada distrito também são maneiras de coletar informações. Entrevistar delegados, conversar com os guardas municipais e com coordenadores pedagógicos das escolas públicas também rende muitas informações relevantes e qualificadas.

Para coletar dados junto aos grupos, é importante elaborar questionários estruturados, que podem potencializar as visitas. Quanto mais clareza se tiver sobre o que se quer saber nas visitas, mais proveitosas elas serão. Ao final deste documento, estão anexados alguns modelos de questionários utilizados pela equipe do projeto São Paulo em Paz (Mapeamento de Entidades Sociais, Mapeamento de Programas da Sociedade Civil, Mapeamento de Programas do Poder Público e Mapeamento de Violência nas Escolas).

Os momentos de escuta

Os encontros para fazer a escuta dos grupos precisam ser planejados e estruturados, para garantir tanto a participação da comunidade quanto que a equipe vai obter as informações de que precisa. Assim, é muito importante preparar roteiros com perguntas e informações essenciais e fazer um trabalho de moderação, dando espaço para queixas e demandas mais genéricas, mas também orientando os grupos para focar no tema da prevenção da violência. Antes de mobilizar as pessoas para participar dos grupos, é importante visitar as entidades, conhecer os trabalhos, participar de reuniões e encontros de redes nos distritos.

A escolha por fazer um grupo pequeno ou grande, por região ou temático, depende do que se quer do distrito e dos recursos que se tem. Por exemplo, fazer grupo grande exige um esforço maior pra direcionar o trabalho de uma maneira mais proveitosa. Fazer grupo por tema ou por tipo de instituição tem a vantagem de trazer o que aquele perfil de público tem de visão e demanda no caso de diagnóstico. Ao mesmo tempo, é difícil do ponto de vista operacional fazer 20 encontros com 10 pessoas.

Um outro ponto importante é entender que o desabafo inicial faz parte do grupo. As pessoas trazem queixas e demandas que podem não ser pertinentes para o diagnóstico, mas é preciso deixá-las falar, debater sobre isso e depois retomar para uma discussão mais focada. Esse é um processo coletivo importante, e depois dessa reunião fica mais fácil tratar de outros temas mais focados.

A análise dos dados coletados

A análise dos dados é uma etapa bastante importante, pois levará à redação do produto final: um diagnóstico do distrito sobre a situação de violência, que aponte os principais problemas e cruze estas informações com as potencialidades do local. Quanto mais se tiver uma visão espacial e cruzada destas informações, ou seja, que identifique aonde há problemas e aonde há potencialidades, permitindo que se faça correlações (ausência de algum serviço X incidência de certo problema em um determinado bairro, ausência de determinado problema X presença de tal programa em um quarteirão), mais rica e útil será a análise, permitindo que se trace hipóteses, se vislumbre desafios e ações mais direcionadas com a realidade e, portanto, com maior potencial de impacto.

Idealmente, tanto a coleta quanto a análise da maioria dos dados deve ser feita a partir dos mapas do Infocrim e a localização de hot spots, ou seja, locais com maior incidência de crimes. Assim, com os mapas em mãos, é possível fazer uma divisão territorial a partir da concentração de crimes e aprofundar a coleta de informações nestes locais, concentrando visitas e reuniões de escuta à comunidade e ao poder público.

Se não for possível obter os mapas do Infocrim logo no início, pode-se fazer a coleta de dados a partir dos dados criminais que se tiver em mãos, e a análise por tema (como saúde, educação, violência contra jovens, violência doméstica etc) e região a partir de outras informações que forem sendo obtidas.

O trabalho de análise cruzada de informações quantitativas com as qualitativas é muito importante, sobretudo com relação às informações sobre violência, pois, como já foi dito muitos crimes são subnotificados. Assim, é preciso prestar muita atenção nos “não-dados”, ou seja, na ausência de registros oficiais sobre certos crimes e apreensões de armas e drogas. Índices oficiais baixos ou inexistentes podem ser contrapostos a informações da comunidade e de agentes do poder público. Por exemplo, em um determinado local pode haver poucos registros de estupros, mas muitos atendimentos, por parte das equipes de saúde, de mulheres desejando realizar exames de prevenção, e a equipe pode então investigar se isso significaria uma grande incidência de crimes sexuais.



DICA: Em São Paulo, os dados da Secretaria de Segurança Pública são gerados a partir de boletins de ocorrência, ou seja, a partir de cada Distrito Policial. Como a divisão de distritos policiais não segue a divisão de distritos administrativos do município, é preciso desdobrar os dados para conseguir chegar aos números relativos apenas ao distrito. Uma das maneiras de se fazer isso é analisar cada dado de boletim de ocorrência e, a partir do endereço, checar em programas de mapas na Internet, aonde se localiza aquele endereço, para então contabilizar os homicídios do distrito.

Além disso, as informações qualitativas podem revelar dados sobre a sensação de segurança da população, a relação da comunidade com o poder público, como é o envolvimento dos moradores com a Guarda Municipal e as outras forças de segurança - ou seja, informações que podem ajudar a identificar desafios e focos de ação.

Também vale fazer a análise cruzando-se problemas e potencialidades - equipamentos e serviços públicos existentes, programas sociais desenvolvidos, redes de atendimento e projetos direcionados aos temas da violência já implementados nas regiões. Com isso, mais do que reinventar e reorientar todas as ações do poder público, os planos (que serão criados a partir do diagnóstico) poderão fortalecer e articular o que já existe.

Feitas as análises, passa-se à redação do produto final, orientada por um índice. Este índice pode ser pensado desde o momento do planejamento do diagnóstico, mas sofrerá algumas alterações até a redação final, pois dependerá de quais informações se obteve.

Assim, o índice será orientado pelo planejamento da coleta dos dados, pelo que se conseguiu coletar e pela análise das informações, que pode revelar quais temas merecem destaque no documento final.

O produto final

Se o diagnóstico tiver sido feito em mais de um distrito ao mesmo tempo, é preciso atentar para a necessidade de uniformizar a organização de cada um deles, garantindo um mesmo índice para facilitar a visualização e compreensão de cada um dos locais, mas preservando-se as peculiaridades de cada distrito - afinal, um distrito pode ter mais casos de violência doméstica, e em outro, um grande problema pode ser a violência contra jovens e assim por diante.

Na próxima página apresentamos o índice produzido pelo projeto São Paulo em Paz para os diagnósticos da Brasilândia, Grajaú e Lajeado.

ÍNDICE PARA DIAGNÓSTICO DE SITUAÇÃO DA VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE

Introdução

Metodologia

Ficha Técnica do Distrito

1. Caracterização do território
 2. Demografia
 3. Indicadores Sociais
 4. Equipamentos Públicos
- Dados do SIM – Direitos Humanos
- Dimensão sócio-econômica
 - Dimensão Violência
 - Dimensão Criança e Adolescente
 - Dimensão Mulher

Análise primária dos dados criminais

1. Informações sobre mortes da Fundação Seade
2. Informações sobre mortes do Pro-Aim (Programa de Aprimoramento de Informações sobre Mortalidade – SMS/PMSP)
3. Informações gerais sobre crimes da Secretaria da Segurança Pública (Infocrim)

Atuação e organização da Guarda Civil Metropolitana, das Polícias e dos Consegs

1. Guarda Civil Metropolitana
2. Polícia Civil.
3. Polícia Militar
4. Conseg

A atuação da prefeitura no combate à criminalidade e à violência: principais programas de prevenção e redução de danos desenvolvidos pelas secretarias municipais

1. Espaços públicos e a questão urbana
2. A Secretaria de Educação
3. A Secretaria da Saúde
4. A Secretaria de Assistência Social
5. Outras relevantes: Defesa Civil, Esporte, Lazer, Cultura, Verde e Meio Ambiente...

Informações das entidades comunitárias e das escutas feitas com a população e lideranças

A distribuição espacial do crime

Parte Final: apontamentos para um plano de prevenção da violência e promoção da convivência nos distritos

ANEXOS

Gráficos e análises

O índice deve ser montado levando-se em conta o objetivo final do diagnóstico, que é traçar um panorama da situação da violência e as potencialidades para revertê-la, apontando locais e temas que merecem ser priorizados pelas ações do poder público. Nesse sentido, certamente algumas informações ficarão de fora e outras serão priorizadas.

O produto final do diagnóstico é um documento extenso e detalhado, com mapas, tabelas, gráficos e bastante texto descrevendo a situação e analisando os dados. Este é um documento que servirá de referência principalmente para a equipe técnica.

Como o diagnóstico é fruto de um processo participativo, ele deve ser apresentado para aqueles que participaram desse processo. É preciso criar momentos para fazer

uma apresentação do diagnóstico tanto para a comunidade quanto para o poder público local e também para o Prefeito e secretários municipais. É importante apresentar primeiro o diagnóstico para o Grupo de Gestão Estratégica, ou seja, a instância que reúne representantes das secretarias, subprefeitos e o próprio Prefeito. O ideal é que neste encontro os Secretários municipais estejam presentes. Em seguida, o diagnóstico é apresentado aos Comitês Locais, ou seja, aos grupos que estão mais envolvidos com o processo na ponta, e depois pode ser apresentado à comunidade em reuniões mais informais.



DICA: É recomendável fazer uma segunda versão do diagnóstico, editada, menor, que o poder público, a comunidade e também a imprensa poderão consultar. Esta versão pode ser impressa e ser levada nas apresentações do diagnóstico e em futuras reuniões com o poder público e com a comunidade, e também pode ser disponibilizada na Internet.

A apresentação para o Prefeito e secretários é bastante estratégica por ser um momento onde se reforça a parceria e os compromissos estabelecidos. Vale a pena apresentar não só a versão resumida do diagnóstico, como também alguns desafios identificados a partir do que foi diagnosticado. Com isso, é possível começar a visualizar os caminhos que o plano poderá tomar. Esse momento também pode ajudar a clarear e reforçar as responsabilidades do poder público nas próximas etapas do projeto.

Um trabalho de divulgação do diagnóstico junto à imprensa também pode ser realizado para dar mais visibilidade ao projeto e ao trabalho que está sendo realizado. Mas é importante tomar cuidados com os dados que se revela, garantindo que sejam contextualizados, não estigmatizem certas comunidades e não gerem atritos junto aos moradores dos distritos.

Assim, é recomendável **divulgar a versão editada do diagnóstico e ter conversas cuidadosas com jornalistas mais especializados no tema**, que têm familiaridade com as questões que o problema da violência suscita junto à opinião pública.

Qualquer informação colocada fora de contexto pode prejudicar a comunidade e aumentar ainda mais a sensação de insegurança dos moradores daquele local.

A equipe conta: sugestões e aprendizados

Participando da comunidade

“Não dá pra fazer o trabalho só focado no seu, você precisa participar da rotina do distrito. Aí você consegue a informação e o envolvimento das pessoas, os processos ficam mais fáceis. Isso é importante tanto na fase do diagnóstico, quanto na etapa de construção dos planos.”

“Pra você conseguir credibilidade, tem que se envolver muito com as pessoas do local, conhecer as lideranças, os trabalhos. Participar de reuniões, entrar no cotidiano das entidades. Mas precisa tomar cuidado para isso não ser a metodologia de diagnóstico, o diagnóstico precisa estar estruturado. Precisa combinar as duas estratégias: fazer o diagnóstico mais focado e participar do cotidiano da comunidade.”

“A gente fez um grupo com umas 15 entidades, foi bastante gente. A gente conseguiu mobilizar as pessoas porque já tinha um contato, já tinha visitado alguns programas, a UBS...Além disso, estava começando a rede Grajaú e começamos a participar dos encontros, e isso facilitou muito o contato e a mobilização.”

Informações criminais são a referência

“A gente começou o trabalho na Brasilândia a partir de um mapa em branco, com dados da Fundação Seade e do IBGE que indicam mais uma situação de pobreza e vulnerabilidade do que de violência. Precisamos checar se essa situação tinha uma ligação com violência ou não. Tem muitos lugares que são precários mas não têm problema de violência. Então é essencial ter os dados da segurança pública, mapas, gráficos de tendência, pra pensar analiticamente, entender as dinâmicas da violência e focar o trabalho.”

“Numa região como o Grajaú, que tem mais de 90 km quadrados de área, ajudaria ter os mapas do Infocrim o quanto antes, pra poder direcionar o trabalho da equipe. Como os mapas não chegavam, a gente usou os mapas de homicídios de 2005, e isso já serviu de referência, já dava para ver alguns lugares violentos.”

Múltiplas estratégias para buscar os dados

“No Lajeado, mesmo tendo recebido o material das secretarias e supervisões, foi necessário complementar com a realidade porque os dados não são completos, não são atualizados. E tem que bater em mais de uma porta pra conseguir a informação. Tem informação que a subprefeitura não tem e que uma secretaria municipal tem. Por exemplo, a gente estava fazendo uma procura por terrenos, e existe um levantamento da secretaria do meio ambiente de áreas livres, verdes, na zona leste, e como a gente só acessou a subprefeitura, fomos descobrir esse levantamento muito tempo depois.”

“Com a educação municipal, a gente usou uma estratégia equivocada. A coordenadora chamou a equipe pra uma reunião e chegamos lá pra discutir com os diretores, nossa idéia era apresentar o projeto e passar um questionário. Mas os diretores que estavam lá tinham ido por causa de outra reunião e tivemos pouco tempo para apresentar o projeto e fazer com que eles entendessem nossa proposta. Então a gente foi massacrado, alguns professores diziam “é um absurdo, eu vou falar da minha escola, vocês vão colocar isso no relatório mas não vão visitar a minha escola? As pessoas devolveram o questionário alguns dias depois e a maioria respondeu que não tinha violência nas escolas. A gente entendeu que a idéia de que tem violência nas escolas já é dada, as pessoas falam, tem relatos na delegacia, então a preocupação das escolas é desconstruir essa imagem. A proposta de fazer um diagnóstico da violência amedronta as pessoas, é como se você fosse carimbar o espaço delas negativamente. Então eles até responderam os questionários por causa de uma ordem da Coordenadoria de Ensino, mas eles queriam muito que a gente fosse nas escolas para que o questionário fosse confrontado.”

“No Lajeado, tivemos diferentes acolhidas na Educação e na Saúde. Eu fiz uma reunião com a supervisão de saúde, mandamos um questionário, um funcionário respondeu com muitos dados. Mandamos um questionário do mesmo estilo para a Coordenadoria de Ensino, que respondeu que não tinha violência nas escolas. Nos dois casos a gente complementou com idas a campo. Na saúde, visitamos três unidades básicas de saúde (UBS), fizemos um roteiro e entrevistamos as pessoas da unidade. O questionário foi mais produtivo do que a própria visita. Isso porque a saúde produz, organiza dados. No caso da educação, foi realmente necessário ter visitado as escolas. Todo o diagnóstico foi feito nas visitas. Na escola conversamos com professores, coordenadores e foi impressionante porque havia casos de roubos de carros de professores, briga de alunos, invasão das escolas pelo tráfico, ou seja, muitas informações importantes. Com elas, dava pra perceber a falta de espaços de convivência, as escolas sendo invadidas porque não existem esses espaços. É importante usar os dois instrumentos: questionário e visita. Porque às vezes o questionário não vem completo, mas ele pode te direcionar melhor na hora da visita. E só visitar não adianta, porque você pode chegar numa unidade da saúde e perguntar pra alguém que não sabe de tudo. Cada um mostra uma parte.”

Combinando fontes para analisar dados

“No Lajeado, foi pelo SIM - DH que a gente olhou a violência doméstica. Tinha uma classificação e ela apontava que o distrito tinha a segunda maior taxa de internação de mulheres na cidade. O SIM-DH mapeava essa taxa em toda a cidade e todas as outras taxas altas também eram na região leste. E isso a gente levou em conta: entendemos que a violência doméstica não é só um problema do Lajeado, é da região, então vai ter uma demanda muito grande por equipamento. Ali foi uma das portas pra gente entrar em violência doméstica. Que aparecia também nas falas da unidade de saúde. Daí descobrimos que existia uma entidade, a Viviane dos Santos, que trabalha com violência contra a mulher e que no Jardim Lourdes aconteceram 5 mortes de mulheres em 2005 e isso tinha gerado uma movimentação, uma passeata. Então vimos que a violência doméstica era de fato um tema.”

A Construção dos Planos

Considerações gerais

O Plano Local de Prevenção da Violência e Promoção da Convivência é o documento de planejamento do poder público municipal, que orienta a intervenção local focada na prevenção da violência. O plano é norteado pelos princípios e valores que devem guiar a ação municipal na área da segurança pública: a intersetorialidade, o respeito aos Direitos Humanos, o exercício da democracia participativa, o foco em ações preventivas, conciliando-as com ações repressivas (sempre dentro do limite da lei), a eficácia das ações, o planejamento e avaliação e o controle social sobre as ações.

Em linhas, gerais, a construção destes planos deve ser conduzida de forma a garantir os seguintes pontos: que o processo seja participativo, que o plano tenha um conteúdo de prevenção de violência, e que seja exequível e efetivo.

Construir os planos de forma participativa consolida na prática um dos principais pilares da metodologia: a construção envolvendo diversos atores e reforçando a co-responsabilidade de todos no que diz respeito à prevenção da violência. Esse processo empodera tanto a comunidade quanto o poder público nesta temática e cria espaços democráticos de discussão das demandas e construção de soluções para as regiões. O exercício da democracia participativa vai, portanto, além da mera consulta popular; envolve o compartilhamento de responsabilidades na tomada de decisões para estabelecer políticas públicas e alocar recursos. Assim, um processo participativo como é o trabalho de construção dos Planos deve incluir os mais variados públicos na discussão dos desafios e das propostas de ação.

Para dar conta deste desafio, esta é uma fase de intensa articulação tanto com o poder público quanto com a comunidade, exigindo esforços de mobilização e sensibilização de todos os atores envolvidos. Este trabalho de mobilização é ao mesmo tempo um trabalho de formação e consolidação, junto aos grupos, da concepção de segurança pública e formas de trabalho que orientam o projeto.

Se o plano pretende ser orientador das intervenções locais com foco na prevenção da violência, este olhar precisa perpassar todos os momentos do processo de construção do documento. Isso significa que a equipe técnica deve, sempre que necessário, reforçar este foco e realizar momentos de formação e sensibilização tanto junto à comunidade quanto ao poder público. Além disso, a própria equipe deve investir na sua formação e aprimoramento, buscando conhecer experiências similares e ouvir especialistas nas temáticas que forem surgindo como prioritárias. Nesse sentido, esta etapa exige um intenso trabalho de planejamento e mediação dos grupos de trabalho e de organização destas demandas para formatá-las no plano.

Com relação ao desafio de construir um plano exequível, este se justifica na medida em que o plano orientará as ações do poder público, que devem ter condições de ser implementadas. Nesse sentido, o Plano deve conter princípios e valores de atuação, as principais diretrizes e também propostas detalhadas de ação, incluindo orçamento, construídas a partir de grandes temas prioritários, identificados pela análise do diagnóstico da situação de

violência realizado previamente. Além disso, é essencial levar em conta as particularidades e limitações inerentes ao funcionamento do governo municipal. Finalmente, é preciso considerar que a exequibilidade e efetividade de um plano dependem do envolvimento do poder público no processo de construção das ações e, mais ainda, na implementação das mesmas. Assim, nesta etapa é essencial fazer um trabalho bastante intenso de engajamento de todos os níveis da administração municipal no processo.

Planejando a construção dos planos

Assim como na fase anterior, esta etapa exige um planejamento prévio que contemple os principais momentos do processo, garantindo tempo e espaço para que aconteçam. A fase de construção dos planos começa imediatamente após o término do diagnóstico e acaba com o lançamento destes em um evento que reúne comunidade e poder público, reafirmando a parceria e reforçando os compromissos para a implementação dos planos. Esta fase deve durar pelo menos seis meses.

Em conjunto com o Grupo de Gestão Estratégica e os Comitês Locais, a equipe técnica realiza um trabalho de priorização dos principais desafios que foram identificados nos diagnósticos. Paralelamente a este trabalho, é preciso haver momentos de discussão interna para pactuar uma visão comum a toda a equipe sobre prevenção da violência e quais temas devem ser incluídos em um plano que tenha esse escopo. Isso é muito importante tanto para empoderar a equipe no processo de formação dos outros atores envolvidos na construção, quanto porque o fato de ser um plano participativo não garante que o poder público e a comunidade consigam fazer essa reflexão e desenhar propostas que contemplem todas as esferas de ação necessárias para se garantir um impacto na prevenção da violência.



DICA: *Antes de realizar os grupos de trabalho, é importante pactuar entre toda a equipe uma estrutura comum que organizará os planos, definindo um modelo a ser seguido em todos os grupos. Fazer essa discussão e chegar a uma estrutura mínima, entendendo que ela não deve engessar o trabalho e poderá sofrer mudanças até a redação final dos planos, é muito útil para balizar a organização e mediação dos grupos de trabalho.*

Com a lista de desafios em mãos, a etapa de elaboração do plano caminha para a definição dos resultados e objetivos esperados e principais ações para lidar com cada um desses desafios. Esse processo contempla a realização de diversos grupos de trabalho temáticos (onde os temas são definidos pelo que aparece como prioritário nos diagnósticos) e intersetoriais, envolvendo atores de diferentes áreas de trabalho (lideranças, responsáveis por entidades, policiais, guardas civis, conselheiros tutelares, representantes da subprefeitura, assistência social, saúde, educação, infra-estrutura urbana, entre outros).

A metodologia utilizada nos grupos de trabalho deve ser planejada previamente, para que se defina o formato e o roteiro das consultas. Com relação ao formato, é importante definir antes se haverá grandes audiências, plenárias para ouvir uma grande quantidade de pessoas ou se estes momentos acontecerão em grupos menores. Esta segunda opção pode ser melhor para garantir a governabilidade da equipe sobre as discussões e que as propostas saiam mais focadas e direcionadas para a prevenção da violência.

O roteiro das consultas deve prever duas atividades: primeiro, a apresentação do diagnóstico e uma discussão mais genérica; e depois, uma atividade onde os grupos elaboram propostas para atender aos desafios apresentados.

Com as propostas em mãos, a equipe técnica realiza um processo de imersão para orga-

nizar as demandas, priorizando aquelas que têm uma relação direta com a prevenção da violência e com os problemas mais graves apontados no diagnóstico e eliminando aquelas mais genéricas. É também neste momento de imersão que a equipe formata e uniformiza os planos.

Finalmente, é importante prever momentos de retorno à comunidade e ao poder público, apresentando o resultado do trabalho, justificando a inclusão de algumas ações e a exclusão de outras. Dar este retorno é uma forma de reafirmar a co-responsabilidade de todos no processo e pactuar coletivamente as ações e compromissos a ser assumidos e implementados dali em diante. Além disso, é mais uma vez, um momento de discussão e formação sobre o que se encaixa em uma perspectiva de prevenção da violência.

DICA: Neste processo, é útil contar com o apoio de especialistas em planejamento que podem ajudar a definir esta estrutura e também recorrer a especialistas nas temáticas, que podem dar um suporte no conteúdo das ações a ser implementadas. Ouvir consultores que tenham familiaridade com as dinâmicas de funcionamento do poder público também pode ajudar bastante a equipe a montar um plano com mais condições de ser implementado. Estes consultores podem ser do próprio poder público ou não.

* REFORÇANDO A ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO

Esta etapa prevê a construção de um plano com ações a ser implementadas pelo poder público municipal. Por isso, o seu envolvimento nesta fase precisa ser garantido. Os agentes locais, técnicos, subprefeitos, coordenadores, supervisores, secretários, todos precisam participar deste processo, entendendo que esta é uma etapa muito estratégica.

A equipe pode continuar trabalhando pela sensibilização e engajamento destes atores, mas o poder público também precisa entender que esse é um momento crucial e participar efetivamente dos trabalhos. A equipe pode, por exemplo, realizar reuniões com os níveis mais altos de governo para o monitoramento do processo, o

O que é um conteúdo de prevenção da violência?

A prevenção da violência pode ser entendida como o resultado de políticas, programas e ações de redução da incidência e dos danos causados por crimes e violências e promoção da segurança pública, que atuam sobre os fatores de risco e de proteção. As políticas de prevenção podem ter uma implementação universal, para reduzir as tendências e oportunidades para que o crime aconteça em toda a cidade; podem estar focadas em pessoas e grupos em situações de risco; ou podem ter o foco nos agressores e vítimas da violência.

De uma maneira geral, as políticas de prevenção da violência podem ter resultados a curto, médio e longo prazo; devem ser temáticas, destinadas a áreas e grupos específicos e trabalhar com os conceitos de fator de risco e fator de proteção. Por **fator de risco**, entende-se os fatores que aumentam a possibilidade de um crime ou situação de violência acontecer. Já os **fatores de proteção** são aqueles que diminuem a probabilidade de incidência de uma situação de violência e a gravidade dos danos causados por estas situações. Por exemplo, a presença maciça de armas de fogo em um determinado local pode ser um fator de risco para aquela comunidade. Já a presença de um programa social de atendimento a vítimas de violência, ou uma escola que acolhe os jovens, podem ser fatores de proteção para a comunidade.

A discussão sobre políticas de prevenção da violência ainda é bastante recente e há poucos estudos conclusivos e detalhados sobre o que efetivamente reduz e previne violência. O que se percebe pelas experiências exitosas, é que, como a violência é fenômeno complexo e multicausal, para enfrentá-la é preciso agir em várias frentes, articulando ações e mobilizando diversos recursos e setores. O que se sabe também é que a violência não atinge a to-



DICA: Não existe uma fórmula única de prevenção da violência que possa ser aplicada em qualquer local. Pelo contrário: é valorizando-se as especificidades de cada lugar que se consegue definir ações com mais potencial de prevenção da violência. Um exemplo é o da lei seca. Nas cidades aonde ela foi adotada e teve impacto nos índices de violência, isso aconteceu porque antes de criar a lei, percebeu-se que um número significativo de casos de violência estava associado ao consumo de álcool e acontecia à noite, perto de bares. Se um diagnóstico anterior não apontar um contexto como este, não há porque se adotar esta medida e esperar que ela tenha impactos relevantes na redução da violência.

dos de maneira uniforme, por isso é preciso estar atento aos locais e circunstâncias em que ela acontece e aos públicos que atinge. Com estas informações, é possível planejar ações localizadas e voltadas para a especificidade de cada local e situação.

O que se percebe nas experiências exitosas de cidades como Diadema, Bogotá ou Belo Horizonte, é que as ações devem responder aos problemas locais e estar articuladas com diversas iniciativas. Mais do que isso, elas foram planejadas a partir de um diagnóstico, investem no uso da inteligência e no fortalecimento do que já existe, na articulação de programas e em um trabalho conjunto com a comunidade, respeitando os direitos dos cidadãos.

Por mais que estes pareçam conceitos abstratos, eles vão tomando forma na prática, à medida que se tem clareza sobre os problemas, se define prioridades e é possível vislumbrar ações de prevenção. O que precisa ser levado em conta é que prevenir significa agir antes que algo aconteça, e essa lógica rompe com uma lógica tradicional ainda recorrente que entende que só se deve agir depois que as situações de violência aconteceram. Passar a trabalhar sob uma outra perspectiva significa então ir quebrando aos poucos o paradigma tradicional, fortalecendo a importância de se realizar diagnósticos e planejamentos para entender o que se quer prevenir, envolver mais atores no processo e aprender com outras experiências já implementadas que seguem esta lógica. É um processo contínuo de aprendizado e formação.

Definindo a estrutura dos planos

Da mesma maneira que é necessário que a equipe realize conversas e debates para pactuar uma visão sobre segurança pública, é muito importante que, antes de passar à realização dos grupos de trabalho, defina uma estrutura para os planos. O ideal é que os planos sejam organizados seguindo esta lógica:

Compromissos/ Desafios/ Ações/ Estratégias/ Locais/ Responsáveis/ Parceiros/ Prazo de Execução/ Orçamento/ Recursos Possíveis/ Resultados Esperados/ Indicadores de Resultados.

Os compromissos podem ser definidos a partir do que os diagnósticos apontam como os principais problemas de uma região e para cada um deles, pode haver mais de um desafio.

Os desafios são entendidos como grandes focos nos quais é necessário intervir para efetivamente prevenir a violência. Assim, os desafios e compromissos são as diretrizes estruturantes dos planos e podem ser definidos a partir dos seguintes critérios: a alta incidência do problema e sua relação com a violência e/ou criminalidade, a importância atribuída ao tema pela comunidade e/ou poder público local, o potencial de articulação política e comunitária para a efetivação de ações.

Para dar conta de cada desafio, pode haver mais de uma ação. Mas o ideal é ter poucas ações, que podem ter formato de projetos detalhados, com todas as informações que possam garantir sua implementação, como se verá adiante.

A estrutura dos planos pode ser modificada até a redação final dos documentos, mas é importante que ela já esteja definida antes da organização dos grupos de trabalho, para que a equipe possa orientar as discussões e criar instrumentais que serão usados nos encontros.

Os grupos de trabalho

A realização dos grupos de trabalho, ou G.T.s, é um dos momentos mais importantes da etapa de construção dos planos, pois é quando se garante a participação da comunidade e do poder público na definição conjunta das prioridades e ações a ser implementadas.

Antes de organizar os grupos e realizar os encontros de trabalho, é preciso planejar e ter clareza sobre quem deve participar, como mobilizar estas pessoas, como será o encontro e quais os instrumentos que ajudarão na construção coletiva das ações - se haverá planilhas, questionários... Também é importante considerar que estas informações serão depois sistematizadas pela equipe e que haverá um processo de organização e priorização das demandas para finalizar o plano. Ou seja, por mais que se procure focar as propostas, haverá um trabalho posterior de refinamento.

Momentos de participação e construção coletiva como estes não são comuns e as pessoas convidadas a participar não estão familiarizadas com este tipo de processo. Assim, realizar estes grupos passa também por formar as pessoas para este tipo de trabalho que pretende ser o mais participativo e democrático. Não basta somente abrir um espaço para ouvir as demandas das pessoas, mas convidá-las a trabalhar e construir junto, pensando coletivamente. Isso significa romper com muitas dinâmicas e maneiras de agir que ainda estão enraizadas: fazer com que as pessoas não pensem na sua demanda individual, mas no que é mais prioritário e estratégico para todos, sair da lógica da queixa e da demanda e sentar para construir juntos as soluções, e propor ações que tenham como foco a prevenção da violência, implicando numa co-responsabilização de vários atores. Isso deve ser levado em conta nos momentos de sensibilização e mobilização para que as pessoas participem dos encontros, e também durante a realização dos grupos.

Os G.T.s podem ser montados a partir de temas ou regiões. Nos dois casos, o que pode determinar a entrada de um tema ou a escolha por certa região é o diagnóstico. Regiões apontadas como mais problemáticas e com mais potencial de mudanças, ou temas que aparecem como prioritários, devem ser incluídos nos grupos de trabalho. A divisão territorial também pode ser feita seguindo alguma divisão administrativa - por exemplo, bairros que estão sob a jurisdição do mesmo distrito policial, ou bairros que estão agrupados por causa de algum programa municipal.

Com esta definição, fica mais fácil listar os atores que têm maior envolvimento e responsabilidade com relação ao tema ou à região. Nessa lista, é importante incluir representantes de entidades locais, agentes de programas municipais, representantes do poder público, guardas municipais, policiais, enfim, montar um grupo bastante heterogêneo. Quem participou do diagnóstico deve ser incluído e convidado. Também é importante não limitar a participação de ninguém, não fechar portas.

A mobilização para que as pessoas participem do grupo exige bastante trabalho. Não basta fazer um convite, de maneira formal ou informal. Muitas vezes, quando se faz apenas o convite, quando se envia uma carta ou uma convocação, isso não é suficiente para garantir a presença das pessoas. Elas precisam se sentir importantes e parte de um processo, precisam entender o que vai acontecer e porque é relevante que elas estejam ali. Isso vale tanto para a comunidade quanto para o poder público. Fazer conversas com professores e diretores de escolas, com líderes comunitários, delegados, guardas municipais que atuam no bairro, com os profissionais das subprefeituras é parte deste trabalho de sensibilização e mobilização. Também é importante entender quais os interesses e demandas de cada grupo e procurar concilia-los aos temas dos G.T.s.

É preciso preparar as pessoas para participar nos grupos. Ainda é comum que momentos de encontro da comunidade com o poder público sejam marcados pela tensão, por cobranças e queixas, são obstáculos para que as pessoas se escutem e orientem as discussões para uma construção comum. Acostumados a ouvir apenas reclamações e ser muito cobrados, os representantes do poder público se sentem desestimulados a participar de encontros como este. Desacostumada a ter espaços de conversa com o poder público, a comunidade vê nesse tipo de grupo a oportunidade de fazer todas as cobranças e queixas. Essas duas atitudes acabam reforçando a distância entre os dois e de um lado, desestimulam o poder público a participar, e ao mesmo tempo, geram falsas expectativas na comunidade. Pontuar e pactuar com todos que os grupos de trabalho são espaços de construção conjunta, que haverá espaço para queixas, mas, sobretudo, para a definição de soluções com foco na prevenção da violência, pode ajudar.

Antes de montar os grupos de trabalho, a equipe deve ter em mente que fará um trabalho de mediação e isso é mais fácil em grupos menores, de até 30 pessoas. Um grande encontro, com centenas de pessoas pode gerar a impressão de ser mais participativo, mas garante pouca governabilidade à equipe que está conduzindo o processo e pode desvirtuar o foco do encontro.

A equipe pode prever um momento inicial mais geral, em que as pessoas trazem suas queixas e demandas mais genéricas, e depois orientar a discussão para o que se percebeu no diagnóstico e o que pode ser sugerido a partir dele. Assim, vale fazer uma primeira atividade na qual se faz uma discussão mais ampla, esclarecendo dúvidas e questionamentos das pessoas em relação ao projeto. Nesse momento, é importante ouvir o que os participantes trazem, lembrando e esclarecendo todos que não é naquele espaço que tudo será resolvido, e que o foco da atividade é construir ações para um plano de prevenção da violência.

A segunda atividade do G.T. é mais direcionada para a criação de propostas para o plano. Os participantes podem ser divididos em grupos menores, que discutem e elaboram propostas de acordo com os desafios indicados. É possível fazer esta discussão usando planilhas que já tenham alguns itens básicos que devem ser preenchidos, como: Desafio, Ação, Estratégia, Local, Responsável e Prazo.

A equipe também pode optar por fazer esse trabalho com tarjetas, aonde as pessoas escrevem o que consideram que são os principais desafios, as ações relacionadas a eles, estratégias, locais, responsáveis e prazos. Quando se usa o método das tarjetas, cada pessoa escreve a sua e depois todas são lidas pelo grupo, que pode fazer uma discussão para validar as propostas individuais.

Independente do método e dos instrumentos que se utilizar em cada grupo de trabalho, é importante ter definido isso antes do encontro e preparar os materiais necessários.

E qualquer que seja o formato e o público do grupo, a equipe deverá estar atenta para durante todo o processo, tirar dúvidas e fazer um trabalho de formação sobre como se planeja as ações e investimentos do poder público. Afinal, muitas pessoas trarão demandas individuais, que dizem respeito à sua rua ou bairro, e elas deverão ser sempre relativizadas à luz do que é mais prioritário para o distrito, levando em conta o que o poder público já realiza e o que tem condições de executar. Por exemplo, definir que cada bairro terá um centro de juventude não é uma demanda factível, mas se for feita uma discussão para entender aonde é mais estratégico instalar um único centro de juventude, ele terá mais chances de ser implementado. E isso beneficiará a todos, não apenas os moradores de uma determinada região.

Este é um dos legados de um processo participativo como este: a comunidade passa a contar com uma nova forma de identificar prioridades, qualifica suas demandas e consegue planejar o que deve ser feito na região em vista daquilo que é prioritário para todos. Em muitos casos, passa a usar essa lógica em outros espaços também. E o fato de ter criado um canal de construção conjunta com o poder público abre um solo fértil para muitos outros processos similares.

Especificamente com relação ao poder público, é possível criar um outro formato de grupo de trabalho. Reuniões com representantes das secretarias municipais e das coordenadorias das subprefeituras podem ser realizadas para fazer uma discussão sobre ações a ser incluídas no plano, levando em conta as iniciativas já existentes, aquilo que eles podem disponibilizar e pode ser agregado aos planos. As reuniões dos Comitês Locais podem ser momentos para que isto aconteça também. Nesses casos, a equipe precisa fazer um trabalho que garanta a participação destes atores no processo. Sensibilizar cada um, conversar com o prefeito, podem ser estratégias para atingir este objetivo.



DICA: Vale reforçar que nestes grupos de discussão o poder público não precisará reinventar e criar muitas outras iniciativas além daquelas já previstas em seu planejamento e orçamento. A intenção é justamente levantar o que já é feito ou será executado em breve e articular e fortalecer estas ações.

É muito importante garantir a participação de técnicos do poder público nestes encontros, porque são eles que vão implementar a ação na ponta. Quanto mais as ações tiverem sido referendadas por quem vai executá-las e tiverem sido incorporadas ao planejamento do poder público, maior a chance de que sejam implementadas. Uma estratégia que pode facilitar a participação dos agentes públicos é realizar reuniões nos equipamentos públicos - escolas, delegacias, uma sala na UBS...

Finalmente, um ponto para o qual a equipe deve estar atenta durante todo o processo dos grupos de trabalho é a relação com a comunidade, que passa pela sensibilização e mobilização, por escutar e mediar demandas e criar uma relação de transparência e confiança. Esclarecer sempre que possível qual o papel da equipe, quais os limites do plano, que as ações serão executadas, sobretudo pela Prefeitura e não pela equipe contratada é muito importante para ajustar expectativas e criar uma relação de parceria e confiança.

Também é importante que a equipe participe de outros espaços de debate e mobilização da comunidade, como reuniões dos Consegs, encontros nas escolas, para se fazer conhecer e ser reconhecida como um ator disposto a construir junto.

Refinando o plano

A partir do que se construiu e definiu nos grupos de trabalho, a equipe já dispõe de muito material para compor os planos. Mas além de um trabalho de sistematização das ações levantadas pelos grupos, é preciso refiná-las, incluir outras e formatar as propostas para que o produto final tenha forma e conteúdo de um plano municipal de prevenção da violência. Nesse processo, a equipe precisa realizar uma reflexão e garantir discussões internas, e também pode consultar especialistas para ajudar tanto nos conteúdos das ações quanto em questões da administração municipal para se chegar a um formato de plano com condições de ser executado pela Prefeitura.

Logo que termina a rodada dos grupos de trabalho, a equipe deve fazer uma análise geral das propostas checando o que aparece com mais frequência, o que se repete, o que não se encaixa no escopo do plano (seja porque não tem uma relação com prevenção da violência, ou porque foge da alçada da administração municipal) e também aquilo que considera essencial entrar e ainda não foi incluído. Este é também o momento de identificar se algo precisa ser discutido com especialistas em alguma das temáticas que apareceram.

É importante fazer discussões mais conceituais, identificando grandes temáticas, comuns aos diferentes planos que estão sendo construídos, de modo a construir uma identidade mais geral ao projeto. Faz muita diferença fazer essa discussão antes, logo após a elaboração dos diagnósticos, para auxiliar a ter mais clareza sobre quais os principais temas que orientarão a construção participativa dos planos nas diferentes localidades, sem que isso seja algo que engesse ou amarre o trabalho, mas que ofereça parâmetros mais concretos de prevenção da violência para orientar o trabalho. No caso do São Paulo em Paz, os grandes temas definidos foram: promoção da convivência pacífica e segura, com ações de mediação de conflitos e de construção e ocupação de espaços de convivência pacífica nas localidades; a redução do envolvimento de adolescentes e jovens em situações de violência, com ações mais diretamente ligadas a situações de risco, como medidas sócio-educativas e relação de jovens e polícia, e ações voltadas à promoção do desenvolvimento individual, social e produtivos de adolescentes e jovens; e a redução dos crimes de maior incidência e/ou impacto na sensação de segurança.

* EXEMPLOS DE AÇÕES DEFINIDAS A PARTIR DOS TEMAS PRIORITÁRIOS DO SÃO PAULO EM PAZ

Promoção da convivência pacífica e segura: reforma e ocupação pela comunidade de determinados espaços públicos, como praças, escolas, campos de futebol; criação de núcleos de mediação de conflitos.

Redução do envolvimento de adolescentes e jovens em situações de violência: implementação de projetos voltados para jovens e equipamentos culturais para esse público; aprimoramento do atendimento às medidas sócio-educativas em meio aberto.

Redução dos crimes de maior incidência e/ou impacto na sensação de segurança: reduzir a concentração de crimes contra o patrimônio em determinadas regiões, prevenir a violência doméstica.

A discussão sobre o que pode ser incluído nos planos além do que foi proposto pelos grupos é importante porque pode definir pontos estratégicos, como desarmamento (se foi identificada uma grande circulação de armas em um local) e relação com as guardas municipais. Mas é preciso considerar que por mais que todas as ações pareçam estratégicas e prioritárias, o plano precisa ter condições de ser executado pelo poder público. E uma das maneiras de tentar garantir isso é reduzindo o número de ações e detalhando cada uma delas ao máximo.

Uma estrutura de plano com poucas ações em forma de projetos detalhados, pode contribuir para garantir a exequibilidade dos planos. Quando se descreve um projeto em detalhes, fica mais fácil compreender e definir custos para cada uma delas, além de responsáveis e prazos. Essa definição precisa ser feita em conjunto com o poder público, para que a equipe entenda prazos, prioridades e oportunidades. Além disso, ter um plano com poucas ações, que sejam bem detalhadas, é mais orientador para quem vai implementar o plano do que uma estrutura com muitas ações, abrangentes demais.

Um outro ponto a ser levado em consideração na definição das ações que entram no plano (e transformação destas em projetos) são as oportunidades que existem na comunidade, tanto em relação a investimentos do poder público, quanto com relação ao que já existe em termos de articulação comunitária e pode ser potencializado. Quanto mais as ações conseguirem ser agregadas àquilo que já existe, mais chances terão de ser implementadas, em vez de criar e exigir muitos esforços e investimentos.

Isso não significa que as oportunidades devem ser o único critério para a inclusão ou exclusão de uma ação no plano. Nessa definição, será preciso analisar também quais ações são mais estratégicas e prioritárias em termos de prevenção da violência. Mesmo que pareça haver pouco campo fértil para a ação se desenvolver, a equipe estará mais segura e preparada para discutir e exigir a sua implementação. Do mesmo jeito, quem executará a ação também terá mais clareza sobre a importância estratégica daquela iniciativa.

A seguir apresentamos uma sugestão de roteiro de projeto

DICA: *Uma consultoria sobre o funcionamento e as dinâmicas da administração municipal pode ajudar a equipe a ter mais clareza sobre quais e quantas ações deixar no plano, e como fazer com que sejam exequíveis. Esta consultoria pode esclarecer como se garante orçamento para as ações, como funciona a estrutura de rubricas, como garantir orçamento para as ações do projeto em mais de uma secretaria, quais os prazos para definição de cada orçamento, quais as prioridades de execução de cada secretaria... A equipe também pode e deve consultar seus parceiros do poder municipal que podem apontar caminhos na estruturação dos planos. Quanto mais o poder público se envolver nesse processo, mais poderá ajudar a equipe nessa fase de definições.*

ROTEIRO DE APRESENTAÇÃO DE PROJETO

1. Introdução: Descrição breve e clara do projeto, dizendo o que ele é para quem foi escrito e que partes contém. Para fazer o vínculo com a Ação enquanto projeto, dizer que os Planos Locais prevêem esta Ação.

2. Resumo do projeto: Objetivos, população-alvo e principais resultados esperados.

3. Justificativa: Os argumentos que justificam a inclusão da Ação nos planos locais. Antecedentes sobre a origem do projeto, definição clara do problema ou déficit que o projeto pretende abordar, importância dos resultados que se pretende alcançar.

4. Parceiros previstos / contrapartida dos parceiros: Os parceiros importantes dentro do processo de implementação. Descrever as responsabilidades de cada parceiro na execução das Ações.

5. Abrangência social e geográfica: O público-alvo do projeto/Ação.

6. Objetivo geral: Deve ser mensurável, orientado por resultados, e limitado no tempo. A idéia é que qualquer pessoa possa compreender exatamente o que será alcançado durante o projeto.

7. Objetivos específicos

A. Atividades I B. Metodologia

- O objetivo geral será alcançado na medida em que alguns objetivos específicos forem alcançados. O que deve estar descrito aqui são as estratégias.
- Para cada objetivo específico devem ser identificadas as atividades necessárias para sua consecução.
- A metodologia conta Como faremos? Quem vai ser o responsável por cada passo das etapas/atividades? Quantos encontros são necessários para determinada atividade?

8. Cronograma de execução: É importante distribuir as atividades no tempo, fazendo uma previsão da sua realização. Se temos prazos definidos previamente, e pactuados coletivamente – com os diferentes atores e parceiros – podemos, posteriormente, cobrar os responsáveis pela não implementação das atividades.

ATIVIDADES PREVISTAS	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4

9. Recursos necessários: Recursos são todos os bens, insumos e serviços utilizados na realização das atividades do projeto. Equipamentos, suprimentos, equipe, consultores externos, infra-estrutura física, treinamento, transporte, etc.

10. Orçamento previsto: O orçamento é uma estimativa, que expressa em dinheiro o desenvolvimento das atividades. Inclui todos os recursos e seus valores, inclusive os que não foram, ou não serão comprados com dinheiro em espécie (como doações).

	FONTE DE RECURSO	Valor
Recursos Humanos		
Recursos Materiais		
Total		



DICA: Este é um momento de construção de ações, mas a equipe precisa estar atenta aos seguintes pontos para garantir a sua implementação:

- Focar e detalhar ações
- Construir e pactuar com quem vai implementar
- Criar indicadores de processo e resultado
- O poder público precisa garantir uma estrutura de gestão para acompanhar a implementação das ações.

Definidas a estrutura final e o conteúdo do plano, a equipe precisa pensar em como a execução das ações pode ser monitorada e avaliada. Além de inserir indicadores de processo, que apontam se as ações planejadas estão sendo implementadas, é importante inserir indicadores de resultado, que dizem respeito ao impacto que se espera que tal ação produza. Com isso, é possível acompanhar não só a execução das ações como o impacto de cada uma delas, e fazer ajustes se for necessário.

O produto final da etapa de construção dos planos é o plano estruturado de acordo com o que foi definido no planejamento e mais algumas informações para que o poder público possa entender o contexto da criação do plano, a metodologia utilizada e a estrutura de gestão pensada e definida para que as ações do plano sejam implementadas.

Assim como é importante ter duas versões de diagnóstico, vale ter uma versão de plano mais completa e outra mais reduzida.

Abaixo, sugerimos um índice para os Planos, que foi utilizado pela equipe do projeto São Paulo em Paz.

1. Introdução
2. Descrição dos Parceiros
3. Metodologia de trabalho
4. O distrito do Lajeado
5. Plano Local de Prevenção da Violência e Promoção da Convivência
1. Apresentação
2. Estrutura de Gestão Local
3. Compromisso 1
Desafio 1.1
Resultados Esperados
Ação 1: Estratégias, Local, Parceiros
Prazo de Execução, Recursos
Resultados Esperados, Indicadores
Ação 2: Estratégias, Local, Parceiros
Prazo de Execução, Recursos
Resultados Esperados, Indicadores
Desafio 1.2
Resultados Esperados
Ação 1: Estratégias, Local, Parceiros
Prazo de Execução, Recursos
Resultados Esperados, Indicadores
Ação 2: Estratégias, Local, Parceiros
Prazo de Execução, Recursos
Resultados Esperados, Indicadores
Compromisso 2
Desafio 2.1
Resultados Esperados
Ação 1: Estratégias, Local, Parceiros
Prazo de Execução, Recursos
Resultados Esperados, Indicadores
Ação 2: Estratégias, Local, Parceiros
Prazo de Execução, Recursos
Resultados Esperados, Indicadores
6. Agradecimentos
7. Bibliografia

O plano finalizado também precisa ser apresentado para aqueles que participaram da sua construção e para aqueles que serão responsáveis por sua execução. Isto pode ser feito em um grande evento que envolva a comunidade e o poder público marcando uma nova fase no projeto. Mas também vale fazer antes deste evento, uma reunião com o Prefeito e secretários para apresentar uma versão resumida do plano.

A equipe conta: sugestões e aprendizados

Divisão dos grupos por região

“No Grajaú, pra fazer os grupos de trabalho, a gente dividiu por territórios, por causa da extensão do distrito. A subprefeitura tem um programa, o Capela em Ação, que dividiu o Grajaú em nove regiões. Então a gente agregou essas nove em 3 macro regiões. E em cada uma delas, a gente fez 3 reuniões. Foi uma forma de cobrir o distrito inteiro. Eu acho importante falar de temas diferentes em um mesmo grupo porque chega uma hora em que as pessoas têm que discutir qual é ação prioritária e alguém vai ter que abrir mão da sua ideia em prol do que é melhor pro distrito. Por outro lado, a gente fez reuniões temáticas, só com escolas, e isso ajudou a discutir mais profundamente o tema “o que fazer com o jovem ou o que fazer com as escolas.””

“Na Brasilândia, a gente decidiu fazer três grupos, a partir da divisão dos distritos policiais. Escolhemos fazer assim por uma questão prática: não havia muito tempo, não daria pra fazer muitas reuniões com muitos grupos. E como a ideia era discutir um tema genérico, a prevenção da violência, decidimos promover grandes encontros. A gente já tinha percebido que as pessoas do distrito não se conheciam. E isso tem a ver com a zona norte, que tem um tipo de articulação diferente. Não há grupos temáticos, nem fóruns de debate a não ser o Conseg. E a nossa aposta era envolver as pessoas, para quebrar a lógica de cada um trazer o seu problema e dizer que aquela era a prioridade da Brasilândia. Pensamos: vamos juntar as pessoas pra elas conversarem e verem que há muitos problemas e o problema é de todo mundo. E o delegado precisa conversar com o professor, a diretora da escola precisa conhecer tal entidade.”

“A gente fez uma reunião sobre espaços de convivência, com um grupo grande. E não funcionou porque tinha muita gente e muitas questões diferentes. Então a gente começou a fazer grupos por região, priorizando regiões menores. Pra fazer essa divisão, cruzamos o que era hot spot com outras informações, como a situação de vulnerabilidade e lugares aonde a gente tinha construído uma relação no diagnóstico. Então decidimos discutir espaços de convivência em quatro grupos menores. A gente fez uma reunião em que as pessoas listavam os problemas em relação a esses espaços, com tarjetas. Tinha as perguntas orientando: Quais são os espaços? Quais são os principais problemas em relação a esses espaços de convivência por aqui? Esses espaços estão mal aproveitados? O que vocês fariam pra melhorar? E a gente estava o tempo todo explicando pras pessoas o que a gente queria, as pessoas não entendiam o que a gente estava falando, o que é convivência? Então a gente percebeu que era importante que uma das ações do plano fosse trabalhar com aquelas pessoas, com aquele espaço de criação. Foi assim que entrou no Plano a ação de construir as quatro Comissões de Convivência.”

Envolvendo o poder público

“Pra mobilizar os agentes do poder público, você pode usar a estratégia de sensibilizar as chefias, as coordenadorias, até certo ponto. Porque se tiver muita convocação, as pessoas te atendem, participam, mas depois te fecham as portas. É importante se aproximar de outro jeito, chamar para uma reunião do projeto, entrar na agenda de cada um, porque por exemplo, os diretores de escola têm autonomia. E não basta você chegar só com a sua demanda, você precisa compor com a demanda deles. Isso muda bastante a relação. Você faz a sua reunião, mas quando te chamarem para uma reunião, você participa também.”

“Pra gente era importante fazer nas escolas, porque são um espaço mais fácil de chegar. Quando a gente tentava fazer reuniões nos equipamentos, sentia resistências. As pessoas se sentem invadidas, vulneráveis. Mas conseguimos fazer grupos com escolas que funcionaram. A gente formou grupos, pensou as principais questões das escolas, as situações de violência vividas ali, o que cada um sugere. Para isso, formou grupos menores e cada grupo apresentou pra todo mundo e aí discutimos as ações mais interessantes apresentadas. Esse grupo funcionou porque a gente insistiu, e fez uma reunião com a diretoria de ensino, e depois chamou uma reunião com as escolas estaduais junto. A dirigente de ensino comprou o projeto, então ficamos com 6, 7 escolas estaduais e duas escolas municipais, aí já dava pra fazer um grupo. A dirigente de ensino se envolveu, foi lá, a presença dela pros outros diretores foi importante. Esse é o ideal, ter a diretora de ensino, os diretores. Quanto mais você desprestigia o processo, maior a chance de participar só a pessoa menos interessada, o professor afastado por exemplo.”

Orientações aos grupos de trabalho

“Usar as planilhas funciona melhor com mais tempo pra que as pessoas entendam o processo, o que significa “o responsável”, “a estratégia”. As pessoas não conseguem pensar no que reduz violência, elas continuam pensando no que reduz pobreza. Então faz parte do processo fazer uma formação sobre o que é estratégia, o que é uma ação, o que previne a violência. Com as escolas do Grajaú, a planilha funcionou, mas pras escolas realizarem ações pra si. É difícil atribuir responsabilidades do outro. Nos grupos com escolas, foram pensadas ações pras escolas fazerem, com parceiros. E pensar parceiro é mais fácil que pensar responsável. E aí funcionou melhor. Saímos com propostas certas, responsável no lugar de responsável, estratégia no lugar de estratégia.”

“Nas escolas a gente separou alguns desafios, como uso da quadra, abertura pra comunidade, grêmios, participação dos jovens, a gente já construiu tópicos: abertura da escola pra comunidade traz melhoria e é referência contra violência. A gente foi mais direcionado e quando direciona acaba saindo mais ações. Pra saúde a gente já levou o problema do lixo doméstico, álcool e drogas, ausência de psicólogos nas unidades, e sentava com o grupo pra discutir que ações podem ser tomadas sobre esse tema, e que outros temas são importantes. Eu acho que quanto mais a gente entrar focado, dá pra aprofundar mais. Não dá pra ficar no geral, tem que entrar direcionando.”

“Em todos os grupos, a gente apresentava o diagnóstico na primeira reunião, com a planilha de desafios. Então a gente formava grupos menores pra discutir propostas de ações pra aquele desafio naquele bairro. Aos poucos, percebemos que o menos importante era aquele material direcionar a gente pras ações. O mais importante era que as pessoas pensassem juntas e conversando chegassem a um consenso. Imagine um grupo com umas quatro pessoas, cada uma devia ter vários problemas e prioridades, mas eles tinham que pensar, discutir e apontar apenas uma. O resultado era às vezes bem simples, as pessoas têm pouca capacidade de escrita. Então pra gente era mais importante o que elas diziam. As pessoas estavam se conhecendo, conversando, se ajudando. E a gente ouvia e observava e percebia as potencialidades.”

“Pra construir o plano da Brasilândia, a gente levou em conta a geografia da região: lá não tem grandes espaços vazios ou terrenos que poderiam ser utilizados pra construir um equipamento, por exemplo. Precisava otimizar o que já exista, e isso pesou bastante nos grupos de trabalho. As pessoas propunham muitas coisas e não tinha como viabilizar. A gente tinha um trabalho de mostrar como era a região, de questionar se uma proposta era mesmo prioritária. As pessoas pensam individualmente, e a gente mostrava que se cada morador apontasse uma demanda, nem o Sou da Paz, nem a Prefeitura, nem eles, teriam condições de implementar o plano. E nos grupos as pessoas começavam a se articular, a ouvir o outro, a discutir o que seria melhor pro bairro, e não pra demanda de cada um.”

Mapeamento de Entidades Sociais

A participação de sua organização é muito importante para a construção do “Plano Local de Prevenção da Violência e Promoção de Espaços Seguros de Convivência” no distrito _____. Por favor, preencha o questionário abaixo para conhecermos melhor o trabalho que vocês desenvolvem na comunidade.

DADOS GERAIS DA INSTITUIÇÃO

Tipo de instituição:

- Associação de moradores / de bairro. Fundação Privada
 Organização Não-Governamental Outros: _____

Nome da instituição: _____

Data de fundação: ___/___/_____.

Endereço da sede: _____

Telefone: _____ **E-mail:** _____

Nome e cargo do representante da instituição: _____

1. Dentre as opções abaixo, selecione quais são as áreas em que a instituição atua?

- Assistência social Saúde / Saúde reprodutiva
 Cultura Trabalho / Geração de renda
 Educação Violência
 Esporte e Lazer outra: _____
 Meio-ambiente

2. Quais são os programas/projetos desenvolvidos pela instituição e seus objetivos: _____

3. Dentre os projetos/programas citados, algum visa abordar a questão da violência ou da criminalidade no distrito _____?

- Sim, diretamente Se sim, como? _____
 Sim, indiretamente _____
 Não _____

CARACTERIZAÇÃO DO DISTRITO

As perguntas a seguir servem para que possamos conhecer melhor a realidade do distrito _____ e elaborarmos um Plano Local de Prevenção da Violência e Promoção de Espaços Seguros de Convivência que esteja de acordo com as necessidades locais.

4. Quais são os principais problemas de infra-estrutura que a região da instituição enfrenta?

(ex. Iluminação, pavimentação, falta de áreas verdes, etc...)

5. Quais são os principais problemas de violência e/ou criminalidade que a região da instituição enfrenta?

6. A instituição participa das reuniões do Conselho Comunitário de Segurança - Conseg?

- Sim Se não, por quê? _____
 Não _____

7. O Conseg contribui para a diminuição da criminalidade e violência no distrito?

- Concordo totalmente Discordo em termos
 Concordo em termos Discordo totalmente
 Nem concordo nem discordo

8. Como o papel do Conseg pode ser melhorado?

9. Na sua opinião, o que pode ser feito para diminuir a violência e a criminalidade no distrito?

(Por favor, indique até três motivos no máximo).

1. Aumentar o número de policiais na rua
 2. Melhorar a qualidade do ensino nas escolas públicas
 3. Aumentar a oferta de empregos
 4. Criar leis mais rigorosas
 5. Aumentar a participação dos municípios na segurança pública
 6. Investir no planeamento das ações de segurança
 7. Aumentar as áreas de lazer e cultura no seu bairro
 8. Integrar os diferentes atores do poder público e da sociedade civil
 9. Liberar o porte de arma
 10. Criar projetos comunitários
 11. Acabar com a impunidade
 12. Controlar o porte de armas
 13. Outras: _____

Chegamos ao final do questionário! Muito obrigada pela sua colaboração!

DADOS GERAIS DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO PROJETO OU PROGRAMA

1. Nome do projeto / programa: _____
3. Órgão responsável: _____
4. Nome do respondente/responsável pelo projeto/programa: _____
5. Endereço do órgão responsável: _____
6. Telefone: _____ 7. Email: _____

CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO OU PROGRAMA

8. O projeto/programa visa abordar a questão da violência ou da criminalidade no distrito _____?

- () 1. Sim, diretamente () 2. Sim, indiretamente () 3. Não

9. Caso o projeto/programa vise diretamente a questão da violência ou da criminalidade com que tipo de conflito/crime o projeto/programa atua? (Por favor, assinale até três opções no máximo).

- () 1. Falta de acesso à justiça
() 2. Conflitos interpessoais em geral
() 3. Abuso e/ou violência contra pessoas idosas
() 4. Abuso e/ou violência contra crianças e adolescentes
() 5. Aplicação de medida socioeducativa
() 6. Abuso e/ou violência contra mulheres
() 7. Abuso e/ou violência relacionada a discriminação racial
() 8. Crimes contra o meio ambiente
() 9. Violência e juventude
() 10. Violência relacionada ao uso de drogas e/ou álcool
() 11. Violência relacionada ao tráfico de drogas
() 12. Outros: _____

10. O projeto/programa trabalha com vítimas ou agressores?

- () a. Vítimas apenas
() b. Vítimas e seus familiares
() c. Agressores apenas
() d. Agressores e seus familiares
() e. Vítimas e agressores
() f. Vítimas, agressores e familiares
() g. Nem vítimas nem agressores
() h. Outro: _____

11. Quais são os principais objetivos do projeto/programa? (Por favor, enumere até três objetivos).

1. _____
2. _____
3. _____

12. Por favor, especifique os critérios de seleção do público alvo do projeto/programa:

12.1 Segundo a faixa etária:

- () 1. 0 a 14 anos () 4. 45 a 59 anos
() 2. 15 a 29 anos () 5. 60 anos ou mais
() 3. 30 a 44 anos () 6. Outra faixa _____

12.2 Segundo o gênero:

1. Homens apenas 2. Mulheres apenas 3. Homens e mulheres.

12.3 Segundo a faixa de renda familiar:

3. Homens e mulheres.1. Sem rendimentos a menos de um salário mínimo
 3. Homens e mulheres.2. De um a três salários mínimos
 3. Homens e mulheres.3. De quatro a seis salários mínimos
 3. Homens e mulheres.4. De sete a nove salários mínimos
 3. Homens e mulheres.5. Dez salários mínimos ou mais
 3. Homens e mulheres.6. Não utilizamos esse critério.

13. Qual a abrangência geográfica do projeto/programa?

3. Homens e mulheres.1. Local – bairro
 3. Homens e mulheres.2. Local – Distrito
 3. Homens e mulheres.3.Outros: _____.

13.1 Por favor, especifique os bairros/locais:

14. Por favor, faça uma breve descrição do projeto/programa (ações, atividades, tipos de intervenção, etc.)

15. Qual a data de início do projeto/programa? (dd/mm/aaaa) ____/____/_____.

16. Qual a data prevista para término do projeto/programa? (dd/mm/aaaa) ____/____/_____.

17. Destes abaixo, quais são parceiros no projeto/programa?

1. Governo Municipal 5. Fundação privada
 2. Governo Estadual 6. Agência de Cooperação Internacional
 3. Organização Não-Governamental 7. Não tem parceiros (pule p/ perg 19)
 4. Empresas privadas

18. Qual é o papel de cada parceiro? (Financiamento, assessoria técnica, cessão de espaço, recursos humanos, recursos materiais, etc...)

1. Governo Municipal _____
 2. Governo Estadual _____
 3. Empresas privadas _____
 4. Fundação privada _____
 5. Organização Não-Governamental _____
 6. Agência de Cooperação Internacional _____

19. Qual é o orçamento anual do projeto/programa? (Em reais) _____

AVALIAÇÃO DO PROJETO OU PROGRAMA

20. Quantas pessoas o projeto/programa atendeu diretamente em 2005? _____

21. Quantas pessoas o projeto/programa está atendendo diretamente em 2006? _____

22. O programa dispõe de algum instrumento de avaliação?

1. Sim, instrumento do(a) próprio(a) órgão/organização (avaliação interna)
 2. Sim, instrumento de outro(a) órgão/ organização (avaliação externa)
 3. Sim, instrumentos próprios e de outros(as) órgãos/organizações (avaliação interna e externa)
 4. Não.

23. Quais foram os principais resultados quanto à violência e à criminalidade que o programa obteve até agora? (Por favor, apresente dados e informações que possam ajudar a comprovar esses resultados).

24. Quais são as principais dificuldades do programa? (Por favor, indique até três dificuldades).

I. _____

2. _____

3. _____

25. Algum representante do programa acompanha as reuniões do Conselho Comunitário de Segurança - Conseg?

1. Sim 2. Não

25.1 Como o papel do Conseg poderia ser melhorado?

26. Na sua opinião, o que pode ser feito para diminuir a violência e a criminalidade no distrito

_____?(Por favor, indique até três motivos no máximo).

- 1. Aumentar o número de policiais na rua
- 2. Melhorar a qualidade do ensino nas escolas públicas
- 3. Aumentar a oferta de empregos
- 4. Criar leis mais rigorosas
- 5. Aumentar a participação dos municípios na segurança pública
- 6. Investir no planejamento das ações de segurança
- 7. Aumentar as áreas de lazer e cultura no seu bairro
- 8. Integrar os diferentes atores do poder público e da sociedade civil
- 9. Liberar o porte de arma
- 10. Criar projetos comunitários
- 11. Acabar com a impunidade
- 12. Controlar o porte de armas

DADOS GERAIS PROJETO OU PROGRAMA

1. Nome do projeto / programa: _____
3. ONG responsável: _____
4. Nome do respondente/responsável pelo projeto/programa: _____
5. Telefone: _____ 6. Email: _____

CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO OU PROGRAMA

7. O projeto/programa visa abordar a questão da violência ou da criminalidade no distrito _____?

- () 1. Sim, diretamente () 2. Sim, indiretamente () 3. Não

8. Caso o projeto/programa vise diretamente a questão da violência ou da criminalidade, com que tipo de violência ou criminalidade o projeto/programa atua? (Por favor, assinale até três opções no máximo).

- () 1. Falta de acesso à justiça
() 2. Conflitos interpessoais em geral
() 3. Abuso e/ou violência contra pessoas idosas
() 4. Abuso e/ou violência contra crianças e adolescentes
() 5. Aplicação de medida socioeducativa
() 6. Abuso e/ou violência contra mulheres
() 7. Abuso e/ou violência relacionada a discriminação racial
() 8. Crimes contra o meio ambiente
() 9. Violência e juventude
() 10. Violência relacionada ao uso de drogas e/ou álcool
() 11. Violência relacionada ao tráfico de drogas
() 12. Outros: _____

9. O projeto/programa trabalha com vítimas ou agressores?

- () a. Vítimas apenas
() b. Vítimas e seus familiares
() c. Agressores apenas
() d. Agressores e seus familiares
() e. Vítimas e agressores
() f. Vítimas, agressores e familiares
() g. Nem vítimas nem agressores
() h. Outro: _____

10. Quais são os principais objetivos do projeto/programa? (Por favor, enumere até três objetivos).

1. _____
2. _____
3. _____

11. Por favor, especifique os critérios de seleção do público alvo do projeto/programa:

11.1 Segundo a faixa etária:

- 1. 0 a 14 anos
- 2. 15 a 29 anos
- 3. 30 a 44 anos
- 4. 45 a 59 anos
- 5. 60 anos ou mais
- 6. Outra faixa _____.

11.2 Segundo o gênero:

- 1. Homens apenas
- 2. Mulheres apenas
- 3. Homens e mulheres.

11.3 Segundo a faixa de renda familiar:

- 1. Sem rendimentos a menos de um salário mínimo
- 2. De um a três salários mínimos
- 3. De quatro a seis salários mínimos
- 4. De sete a nove salários mínimos
- 5. Dez salários mínimos ou mais
- 6. Não utilizamos esse critério.

12. Qual a abrangência geográfica do projeto/programa?

- 1. Local – bairro
- 2. Local – Distrito
- 3. Outros: _____.

12.1 Por favor, especifique os bairros/locais:

13. Por favor, faça uma breve descrição do projeto/programa (ações, atividades, tipos de intervenção, etc.)

14. Qual a data de início do projeto/programa? (dd/mm/aaaa) ____/____/_____.

15. Qual a data prevista para término do projeto/programa? (dd/mm/aaaa) ____/____/_____.

16. Destes abaixo, quais são parceiros no projeto/programa?

- 3. Homens e mulheres.1. Governo Municipal
- 3. Homens e mulheres.2. Governo Estadual
- 3. Homens e mulheres.3. Organização Não-Governamental
- 3. Homens e mulheres.4. Empresas privadas
- 3. Homens e mulheres.5. Fundação privada
- 3. Homens e mulheres.6. Agência de Cooperação Internacional
- 3. Homens e mulheres.7. Não tem parceiros (pule p/ perg 18)

17. Qual é o papel de cada parceiro? (Financiamento, assessoria técnica, cessão de espaço, recursos humanos, recursos materiais, etc...)

- 1. Governo Municipal _____
- 2. Governo Estadual _____
- 3. Empresas privadas _____
- 4. Fundação privada _____
- 5. Organização Não-Governamental _____
- 6. Agência de Cooperação Internacional _____

18. Qual é o orçamento anual do projeto/programa? (Em reais) _____

AVALIAÇÃO DO PROJETO OU PROGRAMA

19. Quantas pessoas o projeto/programa atendeu diretamente em 2005? _____

20. Quantas pessoas o projeto/programa está atendendo diretamente em 2006? _____

21. O programa dispõe de algum instrumento de avaliação?

- 1. Sim, instrumento do(a) próprio(a) órgão/organização (avaliação interna)
- 2. Sim, instrumento de outro(a) órgão/ organização (avaliação externa)
- 3. Sim, instrumentos próprios e de outros(as) órgãos/organizações (avaliação interna e externa)
- 4. Não.

22. Quais foram os principais resultados quanto à violência e à criminalidade que o programa obteve até agora? (Por favor, apresente dados e informações que possam ajudar a comprovar esses resultados).

23. Quais são as principais dificuldades do programa? (Por favor, indique até três dificuldades).

1. _____

2. _____

3. _____

Chegamos ao final do questionário! Muito obrigada pela sua colaboração!

Faremos contato em breve para convidá-lo para as próximas etapas de elaboração do Plano Local de Prevenção da Violência e Promoção de Espaços Seguros de Convivência.

Participe!!!

DADOS GERAIS DA ESCOLA

1. **Nome da escola:** _____ 2. () Municipal () Estadual

3. **Endereço:** _____

4. **Bairro:** _____

5. **Telefone:** _____ 6. **Email:** _____

O presente questionário tem por objetivo fazer um mapeamento preliminar dos problemas de violência nas escolas públicas – Municipais e Estaduais – e de que maneira esta violência afeta o cotidiano de trabalho dos professores, coordenadores pedagógicos e diretores.

Ao responder o questionário, pedimos que tenham como referência de tempo situações que ocorreram a partir de 2005.

A VIOLÊNCIA E AS ESCOLAS

7. **Você considera sua escola:**

() Muito segura () Segura () Pouco segura () Nada segura

8. **Dentre as opções abaixo, quais tipos de violência a sua escola já sofreu?**

- () Roubo/furto de equipamentos
- () Roubo/furto de materiais
- () Arrombamento e invasão do espaço interno
- () Alunos agredirem funcionários
- () Agressão física grave entre alunos
- () Homicídio de aluno
- () Homicídio de funcionário
- () Ameaça de agressão / homicídio aos funcionários
- () Pichação
- () Depredação
- () Porte de armas dentro da escola
- () Toque de recolher imposto por traficantes

9. **Dos tipos de violências já sofridos pela escola, a maioria destes ocorreram:**

- () Durante o período de aulas.
- () Durante a semana, mas fora do período de aula
- () Durante os finais de semana

10. **Na sua opinião, quem comete esses atos violentos?**

- () Alunos (as) da escola () Os (as) alunos (as) e a comunidade
- () As pessoas da comunidade () Outros

11. **Quais são as principais queixas dos (as) funcionários (as) da escola em relação ao ambiente de trabalho?**

(Marque apenas 3 opções)

- () Falta de equipamentos/materiais
- () Desrespeito dos (as) alunos (as) com funcionários (as)
- () Indisciplina dentro da sala de aula
- () Desrespeito entre alunos (as)
- () Receberem ameaças dos alunos (as)
- () Alunos (as) irem armados para a escola
- () Insegurança para chegarem à escola
- () Insegurança para saírem da escola
- () Ausência dos familiares nos momentos participativos da escola
- () Tráfico/Consumo de drogas dentro da escola
- () Ameaças feitas pelo tráfico de drogas

12. Em relação à estrutura física da escola, esta apresenta:

- Paredes pichadas Portões depredados
 Banheiros depredados Quadras depredadas
 Carteiras quebradas Playground depredados

12.1 Das opções abaixo, quais a escola dispõe:

- Grades nas janelas Câmeras de vigilância
 Grades nos corredores Presença constante da polícia/GCM em pelo menos um dos períodos
 Alarme

13. A escola fica aberta durante os finais de semana para que a comunidade utilize o espaço?

- Sim Não

Se sim, quais atividades são desenvolvidas na escola, para a comunidade? _____

14. Houve algum caso de homicídio na sua escola?

- Sim Não

15. A escola possui um "Livro de Ocorrências"?

- Sim Não

16. Dentre as instituições abaixo, quais foram as mais acionadas para intervir nos casos de violência praticada pelos alunos (as) dentro da escola? (Selecione duas opções)

- Diretoria Regional de Ensino Polícias (Militar e/ou Civil)
 Coordenadoria Regional de Educação Guarda Civil Metropolitana
 Conselho Tutelar

17. Quando ocorrem situações de violência, de que maneira estas são reportadas à Diretoria de Ensino ou Coordenadoria de Educação?

- Relatórios mensais Não é reportada
 Informes durante reuniões oficiais Casos graves: imediatamente comunicado, de acordo com a maneira oficial determinada

18. A sua escola possui Grêmios Estudantil?

- Sim Não

19. O Grêmios Estudantil está ativo?

- Sim Não

20. Há um professor designado para assessorar a atividade do Grêmios Estudantil?

- Sim Não

21. Na sua opinião, o Grêmios Estudantil contribui para melhorar a situação de violência na sua escola?

- Contribui muito Atrapalha um pouco
 Contribui pouco Atrapalha muito
 Não contribui nem atrapalha

22. Quais são os principais tipos de violência praticados por alunos (as) dentro da escola? (Marque apenas 3 opções)

- Pichação Explosão de bombas caseiras (s/ vítima)
 Depredação Consumo de drogas
 Brigas e agressões físicas Porte de armas dentro da escola
 Agressões verbais

23. Na sua opinião, a que fatores você atribui o comportamento violento dos (as) alunos (as) da sua escola? (Marque apenas 3 opções)

- Muito tempo ocioso Falta de orientação religiosa
 Consumo de drogas Falta de autoridade
 Desestruturação familiar Falta de diálogo
 Má índole Excesso de liberdade
 Falta de empregos Falta de educação
 Falta de opções de lazer

24. Em relação à violência, você considera a sua escola:

- Muito violenta Violenta Pouco violenta Nada violenta

25. Há programas e projetos de outras instituições sendo desenvolvidos dentro da sua escola?

- Sim Não

Se sim, quais projetos? (Por favor, especifique qual instituição desenvolve a atividade)

25. Na sua opinião, o que pode ser feito para diminuir a violência e a criminalidade na comunidade onde sua escola está localizada? (Por favor, indique até 3 opções no máximo).

- Aumentar o número de policiais na rua
- Melhorar a qualidade do ensino nas escolas públicas
- Aumentar a oferta de empregos
- Criar leis mais rigorosas
- Aumentar a participação dos municípios na segurança pública
- Investir no planejamento das ações de segurança
- Aumentar as áreas de lazer e cultura no seu bairro
- Integrar os diferentes atores do poder público e da sociedade civil
- Liberar o porte de arma
- Criar projetos comunitários
- Acabar com a impunidade
- Controlar o porte de armas

Chegamos ao final do questionário! Muito obrigada pela sua colaboração!

Faremos contato em breve para convidá-lo para as próximas etapas de elaboração do Plano Local de Prevenção da Violência e Promoção de Espaços Seguros de Convivência.

Participe!



INSTITUTO
SOU DA PAZ
10 anos

Rua Luis Murat, 260
Cep: 05436-040
São Paulo - SP
Tel: 11 3812-1333

www.soudapaz.org
soudapaz@soudapaz.org

INSTITUTO SOU DA PAZ

DIRETORIA

Diretor Executivo

Denis Mizne

Diretora de Desenvolvimento Institucional

Melina Risso

EQUIPE DO PROJETO SÃO PAULO EM PAZ

Coordenadora Geral: Carolina de Mattos Ricardo

Assistente Executiva (2006 - 2007): Maitê Fernandez Gauto

Equipe de Campo (2006)

Brasilândia

Coordenador: Valdir Assef Jr.

Assistente: Júlia Paradinha Sampaio

Grajaú

Coordenadora: Mara Brunelli Zeyn

Assistente: Alex Sandro Gomes de Lima

Estagiário: Carlos Henrique Ferreira Carvalho

Lajeado

Coordenadora: Ana Carolina Assan Botelho

Assistente: Gabriel Di Pierro Siqueira

Equipe de Campo (2007)

Brasilândia

Coordenador: Valdir Assef Jr.

Assistente: Júlia Paradinha Sampaio

Grajaú

Coordenadora: Claudia Bandeira

Assistente: Thiago Tadeu da Rocha

Lajeado

Coordenadora: Adriana Toledo

Assistente: Gabriel Di Pierro Siqueira

COORDENADORA DA ÁREA DE SISTEMATIZAÇÃO, INFORMAÇÃO E REFERÊNCIA:

Ligia Rechenberg

COORDENADORA DA ÁREA DE COMUNICAÇÃO:

Daniela Caldeirinha

Sistematização da Metodologia de Elaboração de Diagnósticos e Construção de Planos Locais de Prevenção da Violência e Promoção da Convivência

Coordenação e Redação: Ligia Rechenberg

Projeto Gráfico e Diagramação: Rodrigo Longo



SECRETARIA MUNICIPAL DE PARTICIPAÇÃO E PARCERIA

Secretário: Ricardo Montoro

Secretário Adjunto: Paulo Sérgio de Oliveira e Costa

